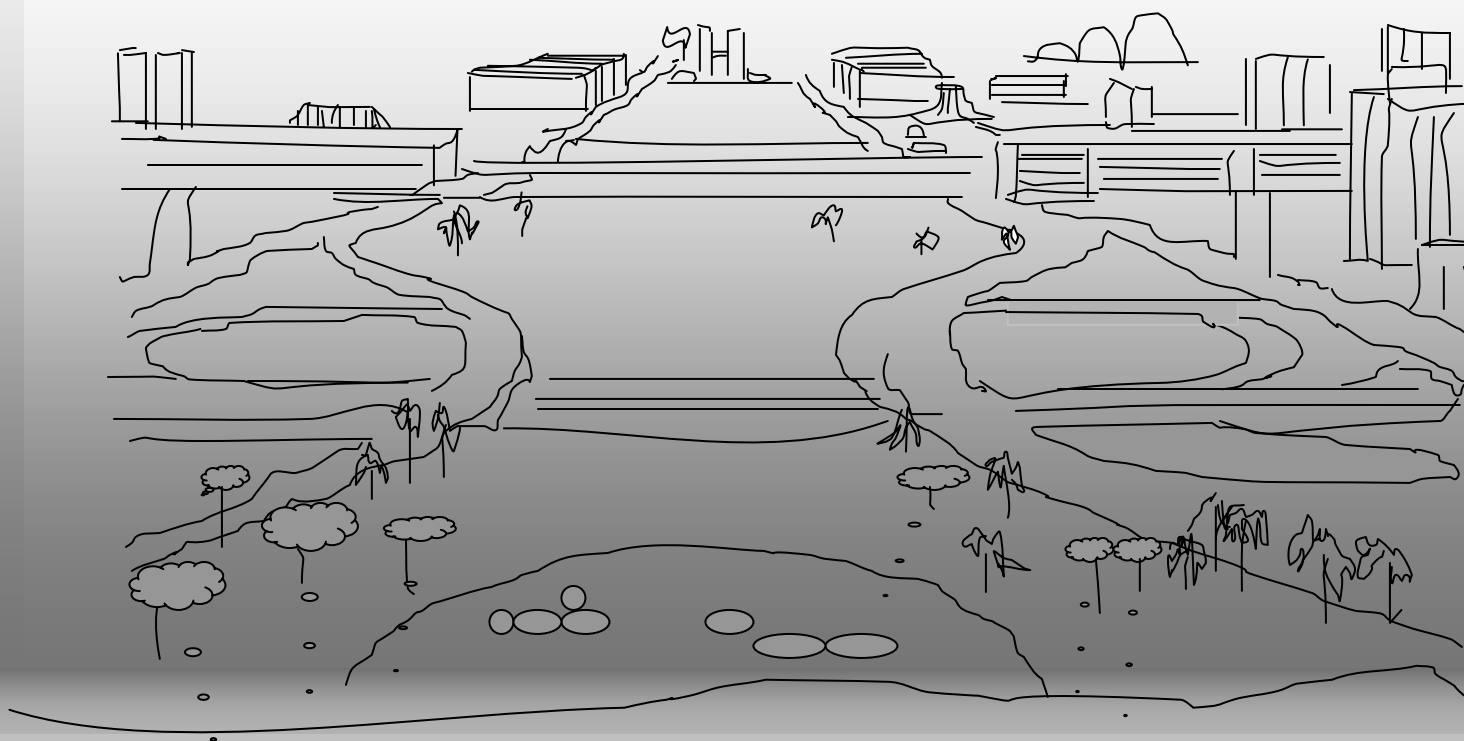


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



2006

DISTRITO FEDERAL
SÍNTESE DE INFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS

DISTRITO FEDERAL
SÍNTESE DE INFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS

2006

Brasília (DF) – maio de 2006

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan

SAIN – Projeção H
Ed. Sede CODEPLAN
CEP: 70620-000 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-1021
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Maria de Lourdes Abadia – Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E PARCERIAS DO DISTRITO FEDERAL

Jose Luiz Vieira Naves - Secretário

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN

Vagner Gonçalves Benck de Jesus – Presidente

Assessoria Central de Planejamento – ACEPLAN

Guilherme Boechat Véo – Assessor de Planejamento

Coordenação de Estudos e Pesquisas**Equipe Técnica**

Iraci M. D. Moreira Peixoto – Coordenadora

Ana Lúcia Barreto Soares

Apoio

Kelly Regina de Lima

Marcos Roberto de Almeida Féo

Capa

Ana Lúcia Barreto Soares

Apresentação

O “Distrito Federal Síntese de Informações Socioeconômicas” foi idealizado para proporcionar aos estudantes e a comunidade uma melhor compreensão do Distrito Federal, fornecendo informações de acordo com a realidade atual.

O trabalho se divide em seis capítulos, a saber: Introdução, Caracterização do Território, Preservação da Ocupação Territorial, Caracterização da População, Caracterização da Economia e Entorno do Distrito Federal.

As informações apresentadas foram levantadas por meio de pesquisas secundárias em publicações disponíveis na Codeplan e em levantamentos junto aos órgãos públicos e entidades privadas do Distrito Federal.

O enfoque dado ao estudo é o de apresentar uma breve descrição e a última informação disponível sobre o tema, possibilitando ao usuário o conhecimento da realidade de Brasília e das demais Regiões Administrativas do DF.

Vagner Gonçalves Benck de Jesus
Presidente

Sumário

Apresentação	
Relação de Tabelas.....	07
Relação de Gráficos.....	08
1 - Caracterização do Território.....	09
1.1 - Posição e Extensão.....	09
1.2 - Distância de Brasília às Capitais.....	10
1.3 - Clima.....	11
1.4 - Relevo.....	11
1.5 - Recursos Hídricos.....	11
1.6 - Flora e Fauna.....	12
2 - Preservação da Ocupação Territorial.....	14
2.1 - Ocupação Territorial.....	14
2.2 - Governantes do Distrito Federal.....	19
2.3 - Estrutura Urbana de Brasília.....	20
2.4 - Estrutura Urbana das Regiões Administrativas.....	21
2.5 - Distâncias Rodoviárias entre algumas Regiões Administrativas.....	30
3 - Caracterização da População.....	31
3.1 - Aspectos Básicos.....	31
3.2 - Naturalidade.....	33
3.3 - Grau de Instrução.....	35
3.4 - Atividade Econômica	36
3.5 - Renda.....	38
4 - Caracterização da Economia.....	43
4.1 - Aspectos Básicos.....	43
4.2 - Economia Agropecuária.....	46
4.3 - Economia Industrial.....	47
4.4 - Economia de Serviços.....	48
4.4.1 - Comércio.....	49
4.4.2 - Abastecimento de Água/Esgotamento Sanitário.....	53
4.4.3 - Recolhimento de lixo.....	53
4.4.4 - Abastecimento de Energia Elétrica.....	54
4.4.5 - Saúde.....	54
4.4.6 - Ensino.....	55
4.4.7 - Segurança Pública.....	58
4.4.8 - Meios de Comunicação.....	58
4.4.9 - Transporte.....	59
4.4.10 - Instituições Financeiras.....	62
4.4.11 - Informática.....	62
4.4.12 – Religião e Misticismo.....	63
5 - Caracterização do Entorno do Distrito Federal.....	64
5.1 - Aspectos Básicos.....	64
5.2 - Indicadores Socioeconômicos	66
5.3 - Grau de Dependência com Distrito Federal	66
Bibliografia.....	68

Relação de Tabelas

Tabela I -	Evolução da População do Distrito Federal, TMGCA e Densidade Demográfica - 1957-2005	31
Tabela II -	População Urbana do Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas - 2004	32
Tabela III -	Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno - Distrito Federal - 2004	34
Tabela IV -	População Urbana Residente, segundo o Grau de Instrução Distrito Federal - 2004	35
Tabela V -	Perfil Ocupacional da População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - Dezembro - 2005	37
Tabela VI -	População Economicamente Ativa, Número de Ocupados, Desempregados e Taxa de Desemprego - Distrito Federal - 2005.	38
Tabela VII -	Renda Média Domiciliar Mensal e Renda Domiciliar Per Capita Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004	39
Tabela VIII -	Domicílios por Classes de Renda segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004	41
Tabela IX -	Produto Interno Bruto a Preços de Mercado - Distrito Federal - 2003	44
Tabela X -	Produto Interno Bruto Per Capita - Ranking por Estado - 2003.....	45
Tabela XI -	Empresas de Produção Animal e Vegetal por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal - 2002	46
Tabela XII -	Empresas de Indústria Extrativa Mineral e de Transformação por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal - 2002...	48
Tabela XIII -	Empresas de Prestação de Serviços por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal - 2002	49
Tabela XIV -	Empresas de Comércio Atacadista por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal - 2002	51
Tabela XV -	Empresas de Comércio Varejista por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal- 2002	52
Tabela XVI -	Hospitais e Leitos - Distrito Federal - 2004	55
Tabela XVII -	Unidades de Saúde da Fundação Hospitalar, segundo o tipo - Distrito Federal - 2004	55
Tabela XVIII -	Matrícula inicial por níveis de ensino segundo a dependência administrativa - Distrito Federal - 2004	57
Tabela XIX -	Professores existentes por níveis de ensino, segundo a dependência administrativa - Distrito Federal -2004	57
Tabela XX -	Veículos Registrados, segundo os Tipos - Distrito Federal - 2006.	60
Tabela XXI -	População da RIDE - 2005	65
Tabela XXII -	Indicadores Socioeconômicos - Municípios da RIDE - 2003	66
Tabela XXIII -	Utilização dos Serviços no Distrito Federal pela População da RIDE - 2003	66

Relação de Gráficos

Gráfico I -	População Urbana do Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas -2004	33
Gráfico II -	Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal - 2004	34
Gráfico III -	População Urbana Residente, segundo o Grau de Instrução - Distrito Federal - 2004	36
Gráfico IV -	Perfil Ocupacional da População Ocupada Segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - Dezembro - 2005 - (em mil)	37
Gráfico V -	Renda Domiciliar Per Capita Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004	40
Gráfico VI -	Domicílios por Classes de Renda nas Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004	42
Gráfico VII -	Produto Interno Bruto Per Capita Ranking por Estado - 2003.....	45
Gráfico VIII -	Utilização dos Serviços no Distrito Federal pela População do Entorno - 2003	67

1. Caracterização do Território

1.1 Posição e Extensão

O Distrito Federal está localizado entre os paralelos de 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25'e 48°12'de longitude WGr, na Região Centro-Oeste, ocupando o centro do Brasil e o centro-leste do Estado de Goiás. Sua área é de **5.789,16 km²**, equivalendo a **0,06%** da superfície do País, apresentando como limites naturais o rio Descoberto, a oeste e o rio Preto, a leste. Ao norte e ao sul, é limitado por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área. Limita-se a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais, e com os seguintes municípios do Estado de Goiás:

Ao norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa.

Ao sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama.

A leste: Formosa

A oeste: Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas.

Mapa I – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – 2006



Fonte: CODEPLAN

1.2 Distância de Brasília às Capitais

Capitais	Distância em Linha Reta (Km)	Capitais	Distância em Linha Reta (Km)
Aracajú	1.293	Manaus	1.929
Belém	1.586	Natal	1.775
Belo Horizonte	614	Palmas	623
Boa Vista	2.490	Porto Alegre	1.614
Campo Grande	878	Porto Velho	1.902
Cuiabá	876	Recife	1.657
Curitiba	1.077	Rio Branco	2.250
Fernando de Noronha	2.152	Rio de Janeiro	931
Florianópolis	1.310	Salvador	1.062
Fortaleza	1.684	São Luís	1.519
Goiânia	173	São Paulo	871
João Pessoa	1.717	Teresina	1.309
Macapá	1.783	Vitória	948
Maceió	1.486		

Fonte: SEPLAN - Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2004

Mapa II – Distância para outras Capitais – Distrito Federal - 2004



1.3 Clima

Segundo a classificação de Köppen, o clima do Distrito Federal é tropical, concentrando-se no verão as precipitações. O período mais chuvoso corresponde aos meses de novembro a janeiro, e o período seco ocorre no inverno, especialmente nos meses de junho a agosto.

No Distrito Federal, conforme a mesma classificação, observam-se os seguintes tipos climáticos:

- **Tropical (Aw)** - Temperatura, para o mês mais frio, superior a 18°C. Situa-se, aproximadamente, nas áreas com cotas altimétricas abaixo de 1.000 metros (bacias hidrográficas dos rios São Bartolomeu, Preto, Descoberto/Corumbá, São Marcos e Maranhão).
- **Tropical de Altitude (Cwa)** - Temperatura, para o mês mais frio, inferior a 18°C, com média superior a 22°C no mês mais quente. Abrange, aproximadamente, as áreas com cotas altimétricas entre 1.000 e 1.200 metros (unidade geomorfológica - Pediplano de Brasília).
- **Tropical de Altitude (Cwb)** - Temperatura, para o mês mais frio, inferior a 18°C, com média inferior a 22°C no mês mais quente. Correspondem às áreas com cotas altimétricas superiores a 1.200 metros (unidade geomorfológica - Pediplano Contagem/Rodeador).

1.4 Relevo

O Distrito Federal está situado em uma das áreas mais elevadas da Região Centro-Oeste, o Planalto Central, correspondendo ao que restou dos aplainamentos da região. Estes aplainamentos caracterizam a forma de relevo mais freqüente nesta área - as chapadas.

As formações concepionárias são abundantes no Distrito Federal. Para sua formação, contribuíram não apenas os processos morfogenéticos atuais, mas também aqueles decorrentes de alternância paleoclimática. Os processos de erosão e acumulação se fazem em função desta alternância paleoclimática, ocorrendo períodos secos ou úmidos. As formas de relevo do Distrito Federal resultam da atuação destes processos ou condições.

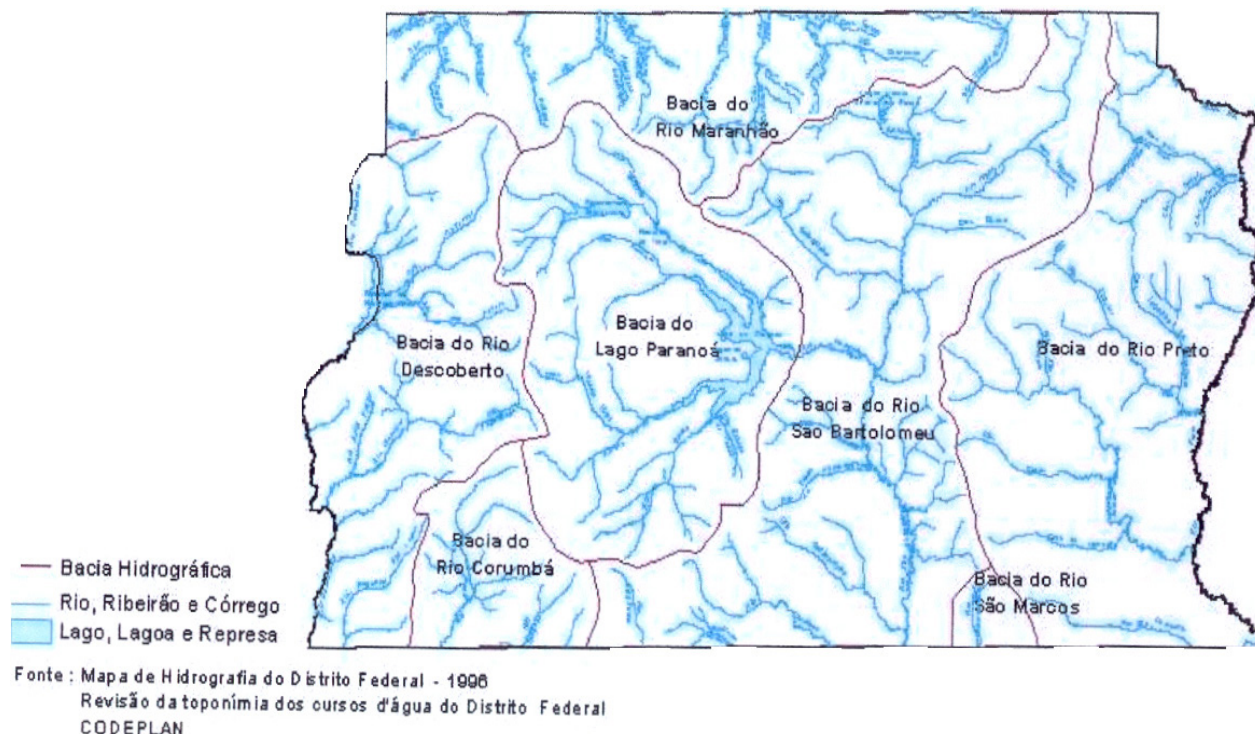
1.5 Recursos Hídricos

As principais bacias do Distrito Federal são: São Bartolomeu, Preto, Descoberto e Maranhão, que drenam cerca de 95% do território, alimentando as grandes bacias dos rios Paraná, Tocantins e São Francisco. As outras bacias existentes no Distrito Federal são Corumbá e São Marcos.

A bacia do rio São Bartolomeu é a maior dentro do Distrito Federal, com aproximadamente 50% da área total, equivalente a 2.864,05 Km². A bacia do rio Preto ocupa 23% da área total e drena 1.343,75 Km²; o rio Descoberto, com 14% da área total, drena 825,0 Km² e o rio Maranhão, com 13% da área, drena 750,0 Km².

Apesar de sua extensão, a rede hidrográfica do Distrito Federal não oferece condições de navegabilidade nem para a pesca em escala comercial.

Mapa III – Bacias Hidrográficas do Distrito Federal



1.6 Flora e Fauna

O cerrado, em sentido amplo, caracteriza a vegetação do Brasil Central. O Distrito Federal encontra-se encravado no núcleo da região dos cerrados, que aqui alcança sua expressão mais típica, cobrindo cerca de 90% da área. Encontram-se, todos os tipos de vegetação comumente englobados sob o termo cerrado, que, enquanto tipo fisionômico, encerra uma gama de aspectos naturais, que vão desde o campo limpo, muito aberto, até o cerradão, com árvores de porte elevada e alta densidade, passando pelo campo sujo, cerrado ralo e cerrado típico.

A flora do Distrito Federal é rica e variada. Levantamentos botânicos registraram a ocorrência de cerca de 1.600 espécies de plantas, distribuídas em 600 gêneros pertencentes a 150 famílias. A maior parte dessas espécies, 950, é natural dos campos, cerrados e outros ambientes diferentes de mata, onde ocorrem cerca de 650 espécies.

No Distrito Federal a vegetação representa um enorme potencial econômico, cuja aparência, por vezes raquítica e tortuosa, não deixa antever. Existem na região grande número de espécies fornecedoras de madeira, cortiça e tanino; plantas forrageiras; plantas medicinais; plantas com excelentes qualidades para ornamentação; plantas fixadoras de nitrogênio, muito importantes sob o ponto de vista agrônomo; e outras, para os mais variados usos.

Pelo fato do Distrito Federal estar localizado no centro da região do cerrado possui uma fauna típica. Esta fauna pode ser dividida em três componentes, segundo o tipo de habitat que as espécies freqüentam:

- **Espécies umbrófilas**, amigas da sombra, restritas às formações florestais (matas ciliares e matas secas), mas que também podem ocorrer nos cerradões e veredas, tais como: jacu, sagüi-estrela, tangará-de-crista-vermelha, veado matoeiro e macaco prego;
- **Espécies heliófilas**, amigas do sol, restritas às formações abertas (cerrados, campos limpos rupestres), mas que também podem viver nos cerrados e veredas. É a mais típica e característica do Distrito Federal. Como exemplo podemos citar o lobo-guará, a perdiz, a seriema, o teiú, o joão-bobo e o tatu-galinha; e
- **Espécies ubíquas**, presentes em todas as partes, formadas por espécies de ampla valência ecológica, que podem freqüentar praticamente qualquer tipo de habitat da região, tanto aberto quanto fechado.

2. Preservação da Ocupação Territorial

2.1 Ocupação Territorial

Alguns autores admitem que a primeira idéia de transferência da capital do país para o interior foi sugerida pelo Marquês de Pombal, em 1761. Afirmam que ele defendia a construção de uma cidade no sertão de Pernambuco, para ser a capital não só da Colônia, mas também do Reino.

Em 1789, os inconfidentes mineiros pretendiam interiorizar a capital. De acordo com dados da época, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, já propunha a mudança da capital para São João Del Rey, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos.

A partir de 1821, a questão da transferência da capital foi abordada por José Bonifácio de Andrada e Silva. Em outubro desse mesmo ano, redigiu instruções do Governo Provisório de São Paulo, recomendando: “Parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do país, para assento da Corte de Regência”. Esta proposta, levada por deputados brasileiros ao plenário das Cortes, foi rejeitada.

Em 1823, José Bonifácio voltou a defender a mesma idéia. Apresentou à primeira Constituinte do Império um minucioso estudo: “Memória sobre a Necessidade e Meios de Edificar no Interior do Brasil uma Nova Capital para Assento da Corte da Assembléia Legislativa e dos Tribunais Superiores que a Constituição determina”. Nesse documento sugeria, inclusive, os nomes de Petrópole ou Brasília para a futura capital.

O nome “Brasília”, no entanto, já havia surgido pela primeira vez em 1822, num folheto publicado no Rio de Janeiro, sem indicação do autor, que defendia a mudança da capital e intitulava: “Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Reino do Brasil”.

Neste retrospecto histórico, destaca-se a figura do historiador Francisco Adolfo de Vernhagen, Visconde de Porto Seguro, que desenvolveu intensa campanha pela interiorização da capital. Percorreu a cavalo, em 1877, a região do Planalto Central, de onde encaminhou um ofício ao então Ministro da Agricultura, indicando as vizinhanças da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa - GO) como o sítio ideal para se instalar a futura capital do país. Em várias publicações, Vernhagen abordava a mudança da capital. Entre outras, destaca-se “A Questão da Capital - Marítima ou no Interior?”, primeiro livro exclusivamente sobre a interiorização da capital.

Finalmente em 1891 a transferência da capital para o interior transformou-se em preceito legal, com a aprovação, pela primeira Assembléia Constituinte Republicana, de Emenda apresentada pelo deputado Lauro Müller e publicada na Constituição de 1891, que determinava em seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km² que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”.

Em 1893, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, denominada Comissão Cruls, chefiada por Luiz Cruls, fez a primeira demarcação da área do

futuro Distrito Federal. Abrangia uma área de 14.400 Km², entre os paralelos 15 e 16 graus, Latitude Sul.

Em setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, aconteceu o lançamento da Pedra Fundamental, no Morro do Centenário, na cidade de Planaltina.

Já a Constituição de 1934, reafirmava: “Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil”. Os anos se passaram e, em 1946, os constituintes incluíram no ato das Disposições Transitórias da Carta Magna, de 18 de setembro, normas sobre a mudança.

Definida a mudança da capital, em 1953, foram contratados os serviços da firma Donald Belcher para o estudo da topografia, geografia, solos para engenharia, do suprimento d’água e da drenagem, para posterior escolha do local onde seria construída Brasília.

A área analisada pela equipe Belcher abrangeu um retângulo de 50.000 Km², no qual foram selecionados cinco sítios prováveis para a implantação do Distrito Federal. A escolha recaiu sobre o Sítio Castanho, por apresentar as melhores condições, como a configuração de terreno, tipo de solo, profundidade de rocha firme e potencial hidráulico, entre outros. Estava demarcada, em 1955, a área atual do Distrito Federal.

No governo Eurico Gaspar Dutra, constituiu-se a Comissão Polli Coelho, encarregada de realizar estudos e reconhecer as vantagens oferecidas pelo local escolhido pela missão Cruls. Em 8 de setembro de 1955, o presidente Café Filho aprovou o sítio e a área da nova metrópole, entre os rios: Preto e Descoberto e os paralelos de 15°30’ e 16°3’5”, abrangendo as terras de três municípios goianos: Planaltina, Formosa e Luziânia.

Em 18 de abril de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek encaminhou ao Congresso Nacional a histórica “Mensagem de Anápolis”, propondo, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e o nome de Brasília para a nova cidade. A NOVACAP foi constituída em setembro desse mesmo ano, tendo como presidente Israel Pinheiro. O arquiteto Oscar Niemeyer assumiu a chefia do Departamento de Urbanismo e Arquitetura a convite de Juscelino Kubitschek. No dia 16 de março de 1957, um júri internacional selecionou o projeto do urbanista Lúcio Costa entre os trabalhos apresentados por 26 concorrentes nacionais.

Em outubro de 1957, Juscelino sancionava a Lei que marcava, para o dia 21 de abril de 1960, a transferência da capital da União para o novo Distrito Federal.

Com a entrega das chaves da cidade pelo presidente da NOVACAP a Juscelino Kubitschek, na Praça dos Três Poderes, às 16h do dia 20 de abril de 1960, tiveram início as solenidades de inauguração de Brasília. No dia 21, aconteceu a transferência da nova capital, na presença de autoridades da República, representantes estrangeiros credenciados e visitantes de toda parte do país.

Durante os 41 meses de construção que antecederam a mudança, foram levantados os principais edifícios públicos, 3.500 unidades habitacionais, hotéis, hospitais, escolas, estrutura básica de outros prédios, além do Eixo Rodoviário e os serviços de água, esgoto, energia elétrica e telefonia. No mesmo período, a cachoeira do Paranoá desapareceu para que fosse construída a barragem do Paranoá e formado o lago artificial da cidade.

À época da construção de Brasília fez-se necessário a criação de núcleos habitacionais para abrigar os trabalhadores que para aqui vieram. A Cidade Livre, posteriormente denominada Núcleo Bandeirante, surgiu em 1956. Em 1957 surgiu o Paranoá, para abrigar os trabalhadores que vieram construir a barragem formadora do Lago Paranoá. Taguatinga foi criada em 1958, Gama e Sobradinho em 1960 passando as três à condição de cidades satélite em 1967. Planaltina e Brazlândia já existiam como municípios do estado de Goiás.

Com a finalidade de facilitar a administração dessas localidades do Distrito Federal, o território foi dividido em oito Regiões Administrativas, cada uma delas com um administrador nomeado pelo então prefeito Ivo de Magalhães, pela Lei nº 4.545/64.

Com a evolução da ocupação territorial, em outubro de 1989 procedeu-se a uma nova divisão em 12 RAs. Em 1993 foram criadas mais três RAs e em Lei nº 348/92, Decreto nº 14.604/93.

Em 1994, outras quatro RAs foram criadas, passando a totalizar 19 RAs. Em maio de 2003 surgiram mais quatro Regiões Administrativas, e em dezembro do mesmo ano, mais uma e em janeiro de 2004, mais duas. Em agosto de 2004 foi criada a Região Administrativa XXVII e em 2005 surgiram mais duas totalizando atualmente 29 Regiões Administrativas.

Com a evolução da ocupação territorial, o Distrito Federal está, portanto dividido em vinte e nove Regiões Administrativas conforme a seguir discriminado:

Lei de Criação das Regiões Administrativas do Distrito Federal

Regiões Administrativas	Lei de Criação	Data
RA I – Brasília	4.545	10/12/1964
RA II – Gama	4.545	10/12/1964
RA III – Taguatinga	4.545	10/12/1964
RA IV – Brazlândia	4.545	10/12/1964
RA V – Sobradinho	4.545	10/12/1964
RA VI – Planaltina	4.545	10/12/1964
RA VII – Paranoá	4.545	10/12/1964
RA VIII – Núcleo Bandeirante	049	25/10/1989
RA IX – Ceilândia	049	25/10/1989
RA X – Guará	049	25/10/1989
RA XI – Cruzeiro	049	25/10/1989
RA XII – Samambaia	049	25/10/1989
RA XIII – Santa Maria	348	04/11/1992
RA XIV – São Sebastião	705	10/05/1994
RA XV – Recanto das Emas	510	28/07/1993
RA XVI – Lago Sul	643	10/01/1994
RA XVII – Riacho Fundo	620	15/12/1993
RA XVIII – Lago Norte	641	10/01/1994
RA XIX – Candangolândia	658	27/01/1994
RA XX – Águas Claras	3.153	06/05/2003
RA XXI – Riacho Fundo II	3.153	06/05/2003
RA XXII – Sudoeste/Octogonal	3.153	06/05/2003
RA XXIII – Varjão	3.153	06/05/2003
RA XXIV – Park Way	3.255	29/12/2003
RA XXV – SCIA (Estrutural) ⁽¹⁾	3.315	27/01/2004
RA XXVI – Sobradinho II	3.315	27/01/2004
RA XXVII – Jardim Botânico	3.435	31/08/2004
RA XXVIII – Itapoã	3.527	03/01/2005
RA XXIX – SIA ⁽²⁾	3.618	14/07/2005

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal – DODF

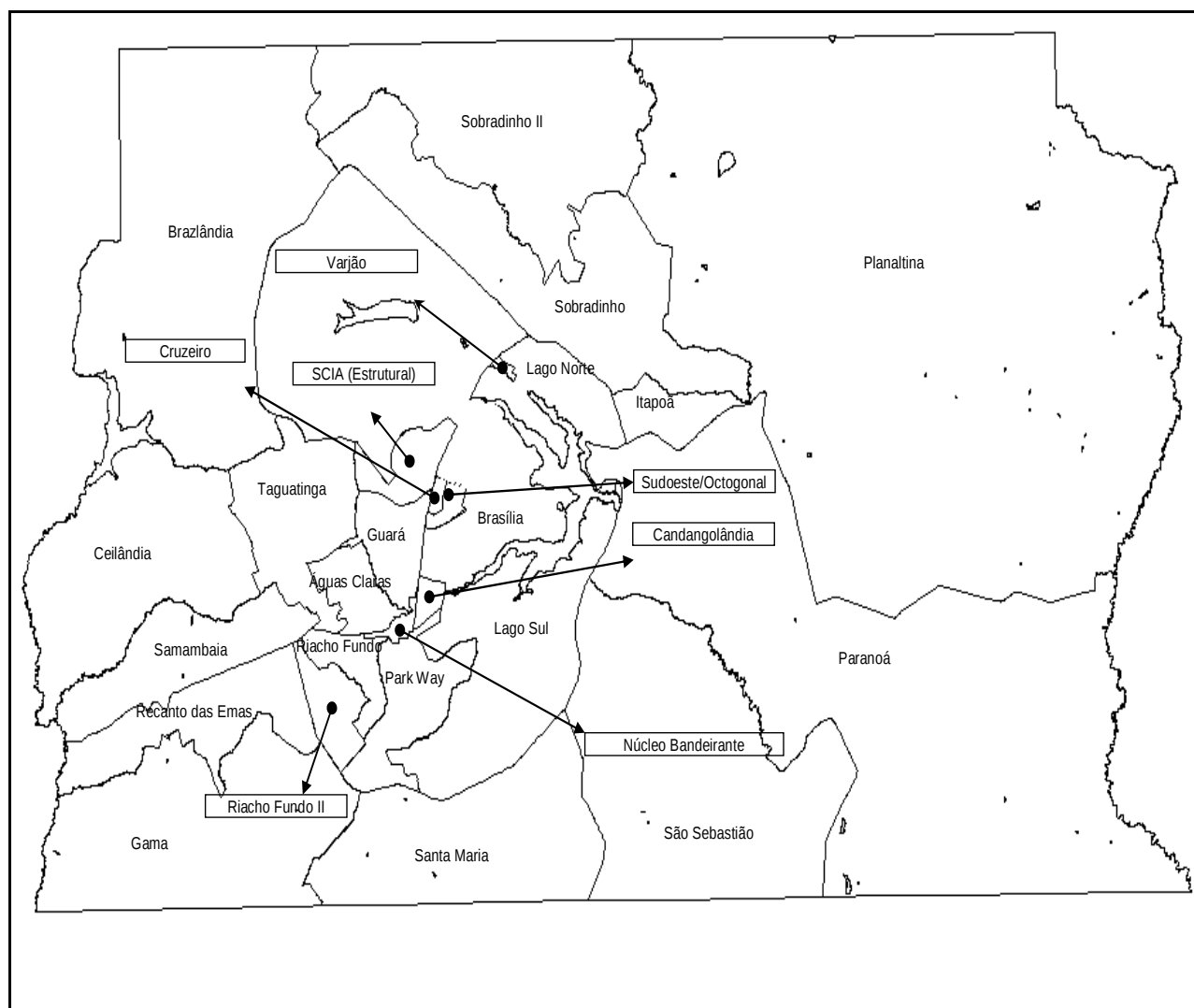
Nota: (1) SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – inclui a Estrutural.

(2) SIA – Setor de Indústria e Abastecimento.

Cada Região Administrativa tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região.

Os limites físicos das dez últimas Regiões Administrativas ainda não estão legalmente definidos.

Mapa IV - Distrito Federal – 2004



Fonte: Seplan

2.2 Governantes do Distrito Federal

Prefeitos

Data da Posse	Prefeitos
07-05-1960	Israel Pinheiro da Silva
01-02-1961	Bayard Lucas de Lima (interino)
06-02-1961	Paulo de Tarso Santos
25-08-1961	Diogo Lordello de Mello (interino)
03-01-1961	Ângelo Dario Rizzi (interino)
06-11-1961	José Setta Câmara Filho
22-08-1962	Ivo de Magalhães
03-04-1964	Luis Carlos Victor Pujol (interino)
09-04-1964	Ivan de Souza Mendes
18-05-1964	Plínio Cantanhede
05-04-1967	Wadjô da Costa Gomide

Governadores

Data da Posse	Governadores
12-11-1969	Hélio Prates da Silveira
02-04-1974	Elmo Serejo Farias
29-03-1979	Aimé Alcibíades Silveira Lamaison
02-07-1982	José Ornellas de Souza Filho
08-04-1985	Ronaldo Costa Couto (interino)
09-05-1985	José Aparecido de Oliveira
20-09-1988	Joaquim Domingos Roriz
12-03-1990	Wanderley Vallim da Silva
01-01-1991	Joaquim Domingos Roriz
01-01-1995	Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque
01-01-1999	Joaquim Domingos Roriz
01-01-2003	Joaquim Domingos Roriz
31-03-2006	Maria de Lourdes Abadia

2.3 Estrutura Urbana de Brasília

Brasília tem uma estrutura planejada, caracterizada por um estilo urbano definido. Dispõe de todos os elementos funcionais que a tornam fácil de compreender.

O projeto urbanístico de Lúcio Costa despertou um interesse especial ao apresentar soluções novas para os problemas próprios de uma capital. Conceitualmente, Brasília foi criada para ser uma cidade administrativa e pólo de desenvolvimento regional. É em torno da função governamental que todas as outras se agrupam e para ela convergem.

A partir da implantação inicial do Plano Piloto, desenvolveu-se o planejamento da região. Com o aproveitamento da topografia local e utilização das mais modernas técnicas urbanísticas, rodoviárias e paisagísticas, Lucio Costa modificou a noção de rua, adotou a hierarquização das funções urbanas, os grandes espaços entre os edifícios isolados e a separação dos diferentes tipos de circulação.

O zoneamento de Brasília foi definido a partir de dois eixos perpendiculares em função do sistema viário planejado: o Eixo Rodoviário arqueado, disposto na posição Norte-Sul, com 14,3 quilômetros de extensão; e o Eixo Monumental, com 9,75 quilômetros, no sentido Leste-Oeste.

Ao Eixo Rodoviário foi conferida a função circulatória tronco, com suas pistas centrais de velocidade e pistas laterais para tráfego local. Essas pistas laterais são denominadas “Eixinhos”, que se subdividem em Eixos Leste (L) e Oeste (W). Esse sistema rodoviário integra a Asa Sul à Asa Norte.

Ao longo do Eixo encontram-se distribuídas as quadras e superquadras residenciais, circundadas por larga cinta arborizada e providas de escolas de primeiro grau, telefone público e bancas de jornal. Em muitas quadras já foram construídos parques infantis e quadras de esporte. São ao todo 60 superquadras, medindo 240x240 metros aproximadamente, para uma população máxima prevista de três mil pessoas. Cada grupo de quatro superquadras tem acesso comum às vias de tráfego local, contíguas ao Eixo Rodoviário, e constituem uma “unidade de vizinhança”, dotadas de comércio local e templos.

Dentro das quadras, os blocos estão dispostos de maneira variada, com gabarito de três ou seis pavimentos sobre pilotis, providos de vegetação, aeração e iluminação abundantes.

O Eixo Monumental acompanha a topografia do terreno, e vai desde a Estação Rodoferroviária até o Setor de Clubes, no extremo Leste. Pelo eixo, distribuem-se os Órgãos dos Três Poderes, os Ministérios, a Catedral, a Rodoviária, a Torre de TV, o Setor de Difusão Cultural, o Centro de Convenções, o Palácio do Buriti, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Memorial JK.

Aos eixos norteadores da estrutura urbana do Plano Piloto - Eixo Rodoviário e Eixo Monumental - somam-se às vias que correm paralelas à faixa rodoviária,

definidas pelas iniciais “W” e “L”; as vias paralelas ao Eixo Monumental, iniciais “N” e “S”; as vias de acesso às quadras; e as estradas-parque, cujas iniciais são EP.

A nomenclatura das pistas do Eixo Rodoviário refere-se à sua posição em relação aos pontos cardeais. Pista Central-Eixo Rodoviário Norte (ERN) e Eixo Rodoviário Sul (ERS); pistas laterais – Eixo Rodoviário Norte-Leste (ERNL), Eixo Rodoviário Norte – Oeste (ERNO), Eixo Rodoviário Sul-leste (ERNL), Eixo Rodoviário Norte – Oeste (ERNO), Eixo Rodoviário Sul-Leste (ERSL) e Eixo Rodoviário Sul-Oeste.

As avenidas que correm paralelas à faixa rodoviária são definidas pelas iniciais “W” ou “L”, conforme sua localização a Oeste ou Leste do Eixo Rodoviário, seguida de numeração indicativa de seu afastamento considerando-se esse Eixo, e da indicação Norte ou Sul, referente à sua localização em relação ao Eixo Monumental (Parte oeste-W1 Norte/W1 Sul, W2 Norte/W2 Sul, W3 Norte/W3 Sul, W4 Norte/W4 Sul, W5 norte/W5 Sul. Para Leste – L1 Norte/L1 Sul e L2 Norte/L2 Sul).

As vias paralelas ao Eixo Monumental são definidas pelas iniciais “N” ou “S”, de acordo com sua localização ao Norte ou Sul, em relação a esse Eixo. Seguem-se os números 1 ou 2, indicativos de seu afastamento, e da orientação Leste ou Oeste, em relação ao Eixo Rodoviário (Parte Norte N1 Leste/N Oeste; e Parte Sul – S1 Leste/S1 Oeste e S2 Leste/s2 Oeste).

As demais vias paralelas ao Eixo Monumental são indicadas pelos números das quadras contíguas. A SCLN 107/108, por exemplo, é a via do Setor Comercial Local Sul, entre as quadras 107/108.

A nomenclatura das estradas-parque foi feita em função das áreas a que servem ou definem.

A nomenclatura, quadras e superquadras que compõem a Asa Sul e Asa Norte, obedecem a suas posições em relação ao Eixo Monumental indicada por três algarismos. O Eixo Rodoviário separa as quadras pares das ímpares: Lado Leste, faixas 200, 400, 600 e 800; Lado Oeste, faixas 100, 300, 500, 700 e 900.

As quadras estão dispostas em ordem numérica crescente, 1 a 16, de acordo com seu afastamento do Eixo Monumental, no sentido Norte ou Sul. Em todas as quadras, há placas de sinalização indicando o número da quadra e a letra correspondente a cada bloco.

2.4 Estrutura Urbana das Regiões Administrativas – RAs

As primeiras Regiões Administrativas do Distrito Federal foram projetadas e implantadas paralelamente à construção da nova Capital da República, tendo Planaltina e Brazlândia sido ampliadas a partir de núcleos urbanos já existentes. O Núcleo Bandeirante surgiu em decorrência da urbanização da pioneira Cidade Livre. Nos projetos das Regiões Administrativas, aplicaram-se os mesmos princípios urbanísticos de Brasília ajustados às condições socioeconômicas e funcionais de cada uma, isso resultou em estruturas urbanas próprias em cada caso.

- **Brasília (RA I)** – Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, após 1.000 dias de construção. Em 1987 foi tombada pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

No entanto a Região Administrativa Brasília só foi criada em 1964, pela Lei 4.545 e ratificada pela Lei nº 49/89, e até 1994 englobava além da cidade de Brasília, o Setor Militar Urbano, a Vila Planalto, Lago Sul e Lago Norte, sendo que os dois últimos a partir desta época se tornaram Regiões Administrativas independentes.

A RA Brasília é composta por Asa Norte, Asa Sul, Estação Rodoviária, Setor de garagens Oficiais, Parque Sara Kubitscheck (Parque da Cidade), Setor de Indústrias Gráficas, Área de Camping, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Norte e Sul, Setor Militar Urbano, Vila Planalto, Setor de Clubes, entre outros. Brasília compreende também as Áreas Isoladas Torto e Barra Alta.

- **Gama (RA II)** – Com a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central, tanto o ribeirão como as terras que pertenciam à fazenda ficaram dentro da área escolhida. Em 1960 começou a se formar o povoamento que daria origem ao Gama.

A cidade foi fundada em 1966 para acolher as famílias de uma invasão situada na barragem do Paranoá e também moradores transferidos da Vila Planalto e da Vila Amauri e, posteriormente, os habitantes do Setor de Indústria de Taguatinga.

O Gama caracteriza-se por um traçado hexagonal, assemelhando-se a uma colméia com área urbana dividida em seis setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria. A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, Colônia Agrícola Ponte Alta e Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta Norte e Alagado.

- **Taguatinga (RA III)** – A cidade de Taguatinga foi projetada no “Plano Urbanístico de Brasília”, com a finalidade de ser uma cidade dormitório, sendo sua fundação prevista para dez anos após a inauguração de Brasília. No entanto, em maio de 1958 os migrantes que habitavam invasões próximas ao Núcleo bandeirante pressionaram a Novacap a abreviar a distribuição dos lotes e foi então fundada oficialmente a primeira cidade.

Sua área urbana é dividida em setores: Central, Hoteleiro, Industrial, Gráfico, Norte, Sul e é composta também pelas Colônias Agrícolas Samambaia, Vereda da Cruz, Vicente Pires – Lotes 26 a 55 e 81 a 310 e pelo Setor de Mansões leste.

Até 2003 fazia parte de Taguatinga o Bairro Águas Claras que hoje constitui a RA XX (Lei nº 3.153 de maio/2003).

- Brazlândia (RA IV) – Antigo município do estado de Goiás, manteve o porte do passado, porém com seu traçado modificado a partir de 1970 pelo crescimento das novas áreas.

Sua área urbana é dividida em Setor Tradicional, onde se originou a cidade; Setores Norte e Sul, Vila São José e Bairro Veredas. Na área rural encontram-se os Núcleos Alexandre Gusmão, Dois Irmãos, Engenho Queimado, Desterro, Chapadinha e Barreiro.

- Sobradinho (RA V) – A cidade de Sobradinho foi fundada em 13 de maio de 1960, para abrigar a população que vivia nas firmas empreiteiras, na Vila Amauri, e também funcionários da Novacap e do Banco do Brasil.

A área urbana de Sobradinho está dividida em: Setor Administrativo, Hoteleiro, Comercial, Central, Industrial, Esportivo, Setor de Grandes Áreas, Sobradinho II, Novo Sobradinho e diversos Condomínios. A área rural é composta pelos Núcleos Rurais Sobradinho I e II, Áreas Isoladas: Serandi, Mogi, Buraco, Paranoazinho, Córrego do Meio, Contagem e São João.

- Planaltina (RA VI) – A mais antiga cidade do Distrito Federal, fundada em 1859, foi integrada ao DF em 1960, sendo que a partir daí um considerável contingente populacional foi sendo incorporado a localidade, oriundo das retiradas de invasões.

A área urbana conta com os seguintes setores: Administrativo, Educação, Oficinas e Indústrias, Residencial Leste - Vila Buritis (I, II, III e IV), Setor Tradicional (antiga sede do município) Vila Vicentina, Estância Mestre D'Armas (I a V), Setor Residencial Norte, Vila Roriz, Vale do Amanhecer e vários loteamentos e condomínios. A área rural produtora é formada pelos Núcleos Rurais Pipiripau, Taquara, Tabatinga, Rio Preto, Santos Dumont, Riacho das Pedras, pelas Colônias Agrícolas São José, Sítio Novo e Estanislau e pelas Áreas Isoladas Retiro do Meio, Monjolo, Rajadinha, larga e Mestre D'Armas.

- Paranoá (RA VII) – A Vila Paranoá originou-se do acampamento dos trabalhadores da construção da barragem do Lago Paranoá que, após o término da obra permaneceram no local e de novos imigrantes que foram ocupando a área de forma desordenada. Com isto foi criado o Paranoá em uma área próxima à antiga vila.

Área rural é composta pelas Colônias Agrícolas Buriti Vermelho, Cariru, Capão Seco, Lamarão, São Bernardo, pelos Núcleos Rurais Jardim e Três Conquistas, Agrovila Capão Seco e as Áreas Isoladas Quebrada dos Guimarães, Santo Antonio, Quebrada dos Neres e pela área onde se desenvolve o Programa de Assentamento Dirigido – PAD-DF. A área urbana é composta do Setor Central e Quadras Residenciais.

- Núcleo Bandeirante (RA VIII) – Sem concepção urbanística, com o nome de “Cidade Livre”, onde era permitido não só residir como também negociar com isenção de tributação. Foi criada em 1956 pelos candangos – trabalhadores que construíram Brasília.

A área urbana é composta pela cidade do Núcleo Bandeirante, Vila Metropolitana, Setor de Clubes e Vila Nova Divinéia. A área rural é formada pela Agrovila Vargem Bonita, Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I e II e Área Isolada Vargem Bonita.

- Ceilândia (RA IX) – A cidade de Ceilândia, criada em 1971, resultou do primeiro projeto de erradicação de favelas do DF. O projeto urbanístico da cidade foi elaborado pelo arquiteto Ney Gabriel, e tem a forma de um barril.

Em razão do crescimento de sua população, a maior do Distrito Federal, tornou-se necessário a criação da RA IX, separando Ceilândia da RA III Taguatinga que absorvia as duas localidades.

Sua área urbana é composta pelas quadras QNM, QNN, QNO, QNP, QNQ e QNR.

Na área rural encontra-se o Parque Ecológico e Vivencial do Descoberto, que reúne grande acervo de flora e fauna além de diversas quedas d'água.

- Guará (RA X) – A construção do Guará iniciou-se em 1967 para absorver funcionários públicos e as primeiras casas foram construídas sob a forma de mutirão.

A região é formada pela área urbana, composta pelo Guará I e II, Quadras Econômicas Lúcio Costa – QUELC, Setor de Indústria e Abastecimento – SAI, Setor de Transporte Rodoviário de Cargas – STRC, Setor de Oficinas Sul – SOFS, Setor de Clubes e Estádios Esportivos, Setor de Inflamáveis e Guarazinho.

- Cruzeiro (RA XI) – Concebido como parte do Plano Piloto e destinado a moradia dos funcionários de diversos órgãos federais, o Cruzeiro foi fundado em novembro de 1959. É formado apenas pelas áreas urbanas do Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo.

A equipe do Lúcio Costa foi responsável pelo projeto urbanístico do Cruzeiro e do nome inicial Setor de Residências Econômicas Sul, atual Cruzeiro Velho. Em fins da década de 60, o setor vizinho foi habitado, dando nova conformação ao desenho urbano, logo denominado de Cruzeiro Novo.

No decênio seguinte, implantada a Área Octogonal, o setor ganha uma nova configuração. Com o projeto Brasília Revistada (1988) foi também concebido o Setor Sudoeste, criado em 1989, que atualmente constituem a RA XXII (Lei nº 3.153 de maio/2003)

A Região Administrativa do Cruzeiro encontra-se dentro da Poligonal de tombamento do Plano Piloto e desde 1992 é considerada Patrimônio Histórico e Artística da Humanidade.

- **Samambaia (RA XII)** – A localidade já existia como área agrícola. Com o surgimento de várias invasões no DF o governo as transferiu para esta área em 1985 e em 1989 foi criada a RA Samambaia.

A região é formada de área urbana e rural. A área urbana está dividida em dois setores: Norte e Sul, separados pela rede de energia elétrica que abastece o Distrito Federal. A área rural é constituída pela Área Isolada Guariroba e o Núcleo Rural Tabatinga, lotes 49 a 64.

Em 1996 o Setor de Mansões Leste (SML) foi desmembrado de Samambaia, passando a integrar a RA III – Taguatinga.

- **Santa Maria (RA XIII)** – Sua criação visou atender o Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, em Lotes Semi-Urbanizados, foi criada pela Lei nº 348/92 e o Decreto nº 14.604, de 10 de fevereiro de 1993.

Na área rural estão os Núcleos Rurais Alagado, lotes 1 a 16 e Santa Maria, Áreas Isoladas, Água Quente, Santa Bárbara e Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma. Na área militar estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – CINDACTA, do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha. A área urbana é composta de um Setor Central e Quadras Residenciais.

- **São Sebastião (RA XIV)** – Oriunda da Agrovila São Sebastião que aos poucos foi sendo habitada e estruturada abrigando a população de invasões. A RA foi criada por meio da Lei nº 467/93, de 25 de junho.

A área urbana é composta pela Agrovila, Setor Residencial Oeste, Vila Nova, São José, São Francisco, Bela Vista, Residencial do Bosque, João Cândido Tradicional, Morro Azul, além de diversos condomínios. Na região localiza-se a Penitenciária da Papuda.

- **Recanto das Emas (RA XV)** – A RA XV foi criada pela Lei nº 510 e o Decreto nº 15.046, de 28/07/93, para atender o programa de assentamento do Governo do Distrito Federal e erradicar principalmente as invasões localizadas na RA Brasília.

Sua área rural é constituída pelos Núcleos Rurais de Vargem da Benção, Monjolo e Recanto das Emas. O setor urbano conta com 59 quadras residencial e um comércio local.

- Lago Sul (RA XVI) – O povoamento do Lago Sul teve início com a construção de casas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, para servir de residência aos diretores da Companhia. Fez parte da RA Brasília, até 1994, quando foi criada a RA XVI, por meio da Lei nº 643/94 e o Decreto 15.515/94.

Sua área está dividida em Setor de Habitação Individual Sul, Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco, Setor de Estaleiros, Aeroporto Internacional, Base Aérea de Brasília e o Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília.

- Riacho Fundo (RA XVII) – Assentamento criado na Granja do Riacho Fundo onde existia uma vila para funcionários, transformou-se na RA XVII pela Lei 620/93 e o Decreto nº 15.514/94. Em 07/02/94 foi criado o Riacho Fundo II, que transformou na RA XXI (Lei nº 3.153 de maio/2003)

A área rural é composta pela Colônia Agrícola Riacho Fundo e o Combinado Agroubano – CAUB 1 e a Área Isolada Riacho Fundo.

Na área rural estão localizados a Fundação Cidade da Paz, sede da Universidade Holística Internacional e o setor de Pesquisa de Produção de Sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA.

Em fevereiro de 1.994 foi criado o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo I, que em 2.003 passou a ser uma nova região Administrativa.

- Lago Norte (RA XVIII) – Quando foi feita a divisão territorial do Distrito Federal, as terras do Lago Norte pertenciam a RA I – Brasília. A Novacap elaborou os projetos de urbanização dessa área denominada Península Norte que posteriormente passou a ser apenas Lago Norte, sendo que a RA foi criada pela Lei nº 641/94 e o Decreto nº 15.516/94.

A área urbana é composta pelo Setor de Mansões do Lago – SML, Setor de Habitação Individual Norte - SHIN, e Área Comercial.

Até 2003 abrigava também o Varjão, transformado em maio/2003 na RA XXIII (Lei nº 3.153).

- Candangolândia (RA XIX) – Surgiu do primeiro acampamento oficial de Brasília para abrigar funcionários transferidos para cá, sendo o nome da cidade uma homenagem aos pioneiros que eram chamados de candangos. Pertencia inicialmente ao Núcleo Bandeirante.

Grande parte de sua área é ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília.

- Águas Claras (RA XX) – Em 1984, surgiu o bairro de Águas Claras como forma de atender à crescente procura por novas habitações e em 1989 deu-se a

regularização da invasão denominada Vila Areal, configurando as quadras pares do referido bairro, como parte da Região Administrativa III – Taguatinga.

Com a recente criação de novas Regiões Administrativas por parte do Governo do Distrito Federal, a Lei 3.153 elevou Águas Claras à categoria de RA por desmembramento da área de Taguatinga.

Águas Claras é uma área ainda em construção, com 740 projeções residenciais previstas no projeto original, sendo que os terrenos podem ser fechados em condomínios.

Águas Claras engloba o Areal e Arniqueiras.

- Riacho Fundo II (RA XXI) – Em fevereiro de 1994 foi publicado o Decreto nº 15.441, criando o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo, que com a promulgação da Lei Nº 620 de 15/12/93 havia sido transformado em Região Administrativa - RA XVII.

Em maio de 2003 a lei nº 3.153 transformou o parcelamento do Riacho Fundo II na Região Administrativa XXI, distante 20 Km da Região Administrativa de Brasília.

- Sudoeste/Octogonal (RA XXII) – Em seis de maio de 2003 pela Lei de nº. 3.153 ficou criada a Região Administrativa XXII – Sudoeste/Octogonal, por desmembramento de área da RA XI Cruzeiro. As Áreas Octogonais foram, inauguradas na década de 80, enquanto o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste - SHCSW foi concebido em 1988 como parte integrante do projeto “Brasília Revisitada”, do urbanista Lúcio Costa e, criado em julho de 1989, constituindo uma alternativa de moradia para a população de alto a médio poder aquisitivo.

De formação essencialmente urbana, a RA contém além das áreas residenciais e setores comerciais, as quadras mistas, o Hospital das Forças Armadas e o Instituto Nacional de Meteorologia – INEMET. Muito próximo do centro de Brasília, distante 07 Km da rodoviária.

- Varjão (RA XXIII) – Data da década de 60 o início do povoamento da Vila Varjão com a chegada das primeiras famílias para aqui vieram desenvolver atividades agrícolas. No começo dos anos 70, segundo informações de antigos moradores, a pessoa que detinha a posse da área, resolveu implementar uma divisão das terras entre seus empregados, embora a terra fosse de propriedade do Governo do Distrito Federal e administrada pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

A partir de então novas divisões foram realizadas e os lotes distribuídos entre parentes próximos e amigos de forma irregular e desordenada, principalmente entre 1977 e 1982. Em 1984 foi realizado o primeiro estudo para fixação da população no local.

No início dos anos 90, o Governo do Distrito Federal – GDF assinou o Decreto nº 13.132, de 19/01/91 que fixa a população no local, caracterizando um controle do

crescimento da Vila Varjão e determinando a elaboração de um projeto urbanístico para a implantação definitiva do Varjão.

Com base na ocupação original da área e visando preservar as características iniciais da vila o projeto baseou-se na configuração física existente e nas atividades urbanas já consolidadas.

Às famílias remanescentes juntaram-se outras vindas de diversas áreas do DF e de outros estados e aquelas decorrentes do crescimento vegetativo, aumentando significativamente a população, em ocupações irregulares e desordenadas por toda a Vila.

Em 1997, com o objetivo de regularizar a situação fundiária de toda a área da Vila e, em atendimento às exigências ambientais o Governo do Distrito Federal encomendou um novo projeto urbanístico e um Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, no qual está prevista a revisão do Projeto Urbanístico e ressalta a necessidade de adensamento da Vila com proposta de implantação de novas quadras e incorporação de novas glebas a serem parceladas.

Inserida até então no espaço geográfico da Região Administrativa do Lago Norte, em 06 de maio de 2003, por força da Lei 3.153, a Vila Varjão foi, por desmembramento de área, elevada à categoria de Região Administrativa passando a constituir a XXIII RA do Distrito Federal.

- Park Way (RA XXIV) – A criação do loteamento das Mansões Suburbanas Park Way (MSPW) foi incluída no Plano Urbanístico de Brasília, em uma das suas últimas alterações em 1957/58.

Com lotes iniciais de 20.000 m² o SMPW foi concebido para ser implantado por partes, tendo sido registrado inicialmente as áreas destinadas ao uso residencial.

Em dezembro de 1999 o Governador do Distrito Federal enviou à Câmara Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 451/99 que permite ao poder executivo o parcelamento das áreas verdes o Setor de Mansões Park Way com lotes de uso residencial, coletivo e de bens e serviços.

O Setor de Mansões Park Way fazia parte da Região Administrativa VIII – Núcleo Bandeirante até 2003 quando por meio da Lei 3.153 de 29/12/2003 passou a ser a Região Administrativa XXIV.

- SCIA - Estrutural (RA XXV) – O lixão da Estrutural começou no início de Brasília e, pouco anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local.

No início da década de 90 a invasão contava com pouco menos de 100 domicílios localizados ao lado do “lixão”, sendo posteriormente transformada em Vila Estrutural pertencente à Região Administrativa do Guará.

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA em frente à vila no lado oposto da Via Estrutural, época em que se previa a remoção da Estrutural, para outro local.

Várias tentativas foram realizadas neste sentido, mas em janeiro de 2004 o SCIA foi transformado na Região Administrativa XXV (Lei nº 3.315) tendo a Estrutural como sua sede urbana.

- Sobradinho II (RA XXVI) – No início da década de 1990 foi criado o núcleo habitacional Sobradinho II como parte integrante da Região Administrativa V – Sobradinho, como consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo transferir as pessoas que moravam em um mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

Em 27 de janeiro de 2004 com a Lei nº 3.314 Sobradinho II foi desmembrado de Sobradinho e transformado na Região Administrativa XXVI.

Até o presente estudo considera-se como Sobradinho II o assentamento e os diversos condomínios antes pertencentes a Sobradinho exceto os Condomínios Império dos Nobres e Rural Residencial RK que continuam pertencendo a RA V.

- Jardim Botânico (RA XXVII) – A área residencial do Jardim Botânico foi transformada em Bairro em 1999. Em agosto de 2004 por meio da Lei 3.435 o Setor Habitacional foi transformado em Região Administrativa. No momento de sua criação a poligonal deveria ter sido traçada, mas até o momento isto não ocorreu. A área engloba vários condomínios situados entre o Lago Sul e São Sebastião.

- Itapoã (RA XXVIII) – A invasão de Itapoã foi iniciada em julho de 2001, numa área entre o Paranoá e Sobradinho. A expectativa de regularização estimulou o crescimento do núcleo. As terras onde se situa Itapoã são, em grande parte, da União.

Em 2003 foi criada a sub-administração de Itapoã, vinculada ao Paranoá, por meio da aprovação do Projeto de Lei 698/03.

Em 18/11/2004, a Câmara Legislativa aprovou, em 1º turno, a criação da Região Administrativa de Itapoã, e que foi oficializada em Janeiro de 2.005.

- Sia (RA XXIX) – Criada em julho de 2005 por meio da Lei 3.618 contempla os Setores: Indústria e Abastecimento – SAI; de Garagens e Concessionárias de Veículos – SGCV; de Garagens de Transporte coletivo – SGTC; de Inflamáveis – SI; de Oficinas Sul – SOFS; e de Transporte de Cargas – STRC.

A RA SIA é a única que até o momento não possui unidades habitacionais.

2.5 Distâncias Rodoviárias entre algumas Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2002

RA	BSB	GM	TG	BZ	SB	PL	PR	NB	CEIL	GR	CRU	SAM	SM	SS	RE	LS	RF	LN	CD	AC
BSB	-	30	21	45	22	38	25	13	26	11	07	25	26	26	26	08	18	08	11	19
GM	30	-	24	49	50	67	48	20	26	23	29	20	04	37	14	28	22	39	20	25
TAG	21	24	-	30	36	52	44	12	05	08	15	06	25	41	10	24	07	25	14	01
BZ	45	49	30	-	60	76	63	42	21	37	39	39	55	70	40	53	37	49	44	31
SB	22	50	36	60	-	16	20	32	41	30	22	44	46	48	44	30	37	16	30	35
PL	38	67	52	76	16	-	26	48	57	46	39	60	63	68	61	47	53	32	46	51
PR	25	48	44	63	20	26	-	33	46	31	27	45	41	20	45	20	38	16	31	43
NB	13	20	12	42	32	48	33	-	17	04	11	12	16	30	12	13	05	21	02	13
CEI	26	26	05	21	41	57	46	17	-	13	20	06	26	46	12	29	12	30	19	06
GR	11	23	08	37	30	46	31	04	13	-	09	14	19	29	14	11	07	19	03	07
CRU	07	29	15	39	22	39	27	11	20	09	-	23	25	33	23	15	16	11	09	14
SAM	25	20	06	39	44	60	45	12	06	14	23	-	20	42	06	25	07	33	14	10
SM	26	04	25	55	46	63	41	16	26	19	25	20	-	29	14	25	21	35	16	26
SS	26	37	41	70	48	68	20	30	46	29	33	42	29	-	43	17	35	34	29	40
RE	26	14	10	40	44	61	45	12	12	14	23	06	14	43	-	26	08	33	14	11
LS	08	28	24	53	30	47	20	13	29	11	15	25	25	17	26	-	18	17	11	23
RF	18	22	07	37	37	53	38	05	12	07	16	07	21	35	08	18	-	26	07	08
LN	08	39	25	49	16	32	16	21	30	19	11	33	35	34	33	17	26	-	19	24
CD	11	20	14	44	30	46	31	02	19	03	09	14	16	29	14	11	07	19	-	15
AC	19	25	1	31	35	51	43	13	6	7	14	10	26	40	11	23	8	24	15	-

Fonte: Mapa Rodoviário 2002/DER-DF

1) A distância entre duas cidades é medida da saída à chegada principal, considerando a menor distância entre elas. Somente no caso de Brasília, as distâncias de saída e chegada são da Estação Rodoviária.

2) Os trajetos escolhidos são os mais curtos entre as duas cidades

Regiões Administrativas

BSB – Brasília

GM – Gama

TAG – Taguatinga

BZ – Brazlândia

SB – Sobradinho

PL – Planaltina

PR – Paranoá

NB – Núcleo Bandeirante

CEI – Ceilândia

GR – Guará

CRU – Cruzeiro

SAM – Samambaia

SM – Santa Maria

SS – São Sebastião

RE – Recanto das Emas

LS – Lago Sul

RF – Riacho Fundo

LN – Lago Norte

CD – Candangolândia

AC – Águas Claras

3. Caracterização da População

3.1 Aspectos Básicos

Em 1957, 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas. Foram elas os primeiros habitantes do Distrito Federal. Com o início das obras de construção de Brasília deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade.

Essa situação determinou, até 1970, a predominância da contribuição migratória sobre a vegetativa na composição da taxa de crescimento, motivados pela política governamental de incentivo de migração de mão de obra para a construção de Brasília. Segundo informações levantadas pela CODEPLAN, no período mais intenso da construção de Brasília, nas décadas de 1960/70 e 70/80, as correntes migratórias constituíam o principal fator formador da população do Distrito Federal, com um número de 358.014 e 488.546 migrantes, respectivamente.

No período 1980/91, ainda de acordo com a mesma fonte, o número de migrantes diminuiu consideravelmente, apresentando uma média anual de 8.966, e uma taxa média geográfica de crescimento anual de 2,84 que permaneceu relativamente estável até 2005.

De acordo com a “Contagem da População de 1996 - IBGE”, o Distrito Federal registrava 1.821.946 habitantes distribuídos nas dezenove Regiões Administrativas existentes à época. Já no ano de 2000 a população residente era de 2.051.146, e em 2005 estima-se 2.333.108 habitantes, nas vinte e oito RAs que possuem áreas com unidades residenciais.

Tabela I - Evolução da População do Distrito Federal, TMGCA e Densidade Demográfica - 1957-2005

Anos	População	TMGCA ⁽¹⁾	Hab/Km ²
1957	12.283		2,12
1959	64.314	128,82	11,11
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
1996	1.821.946	2,62	314,72
2000	2.051.146	3,01	354,31
2005	2.333.108	2,61	403,01

Fontes: Projeções Populacionais - Brasil e Grandes Regiões – IBGE e Censo Demográfico - IBGE

Dados elaborados pela SEPLAN

(1) TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos.

Em 2004 a população urbana estimada era de 2.096.534, sendo 1.089.645 migrantes (SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios). A

distribuição da população por Região Administrativa pode ser visualizada na tabela a seguir:

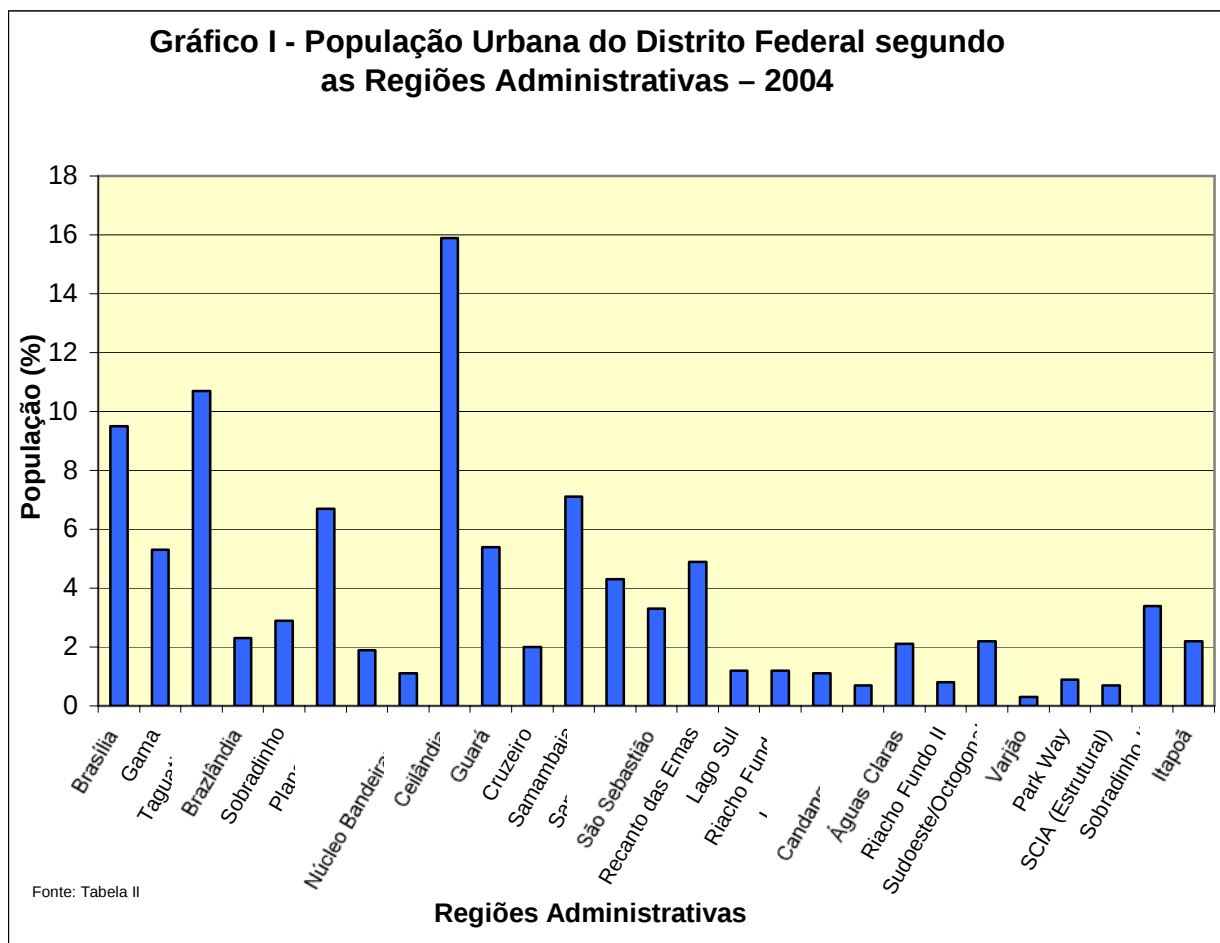
Tabela II - População Urbana do Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas – 2004

Regiões Administrativas	Total de Habitantes	Percentual
Distrito Federal	2.096.534	100,0
RA I - Brasília	198.906	9,5
RA II - Gama	112.019	5,3
RA III - Taguatinga	223.452	10,7
RA IV - Brazlândia	48.958	2,3
RA V - Sobradinho	61.290	2,9
RA VI - Planaltina	141.097	6,7
RA VII - Paranoá	39.630	1,9
RA VIII - Núcleo Bandeirante	22.688	1,1
RA IX - Ceilândia	332.455	15,9
RA X - Guará	112.989	5,4
RA XI - Cruzeiro	40.934	2,0
RA XII - Samambaia	147.907	7,1
RA XIII - Santa Maria	89.721	4,3
RA XIV - São Sebastião	69.469	3,3
RA XV - Recanto das Emas	102.271	4,9
RA XVI - Lago Sul	24.406	1,2
RA XVII - Riacho Fundo	26.093	1,2
RA XVIII - Lago Norte	23.000	1,1
RA XIX - Candangolândia	13.660	0,7
RA XX - Águas Claras	43.623	2,1
RA XXI - Riacho Fundo II	17.386	0,8
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	46.829	2,2
RA XIII - Varjão	5.945	0,3
RA XXIV - Park Way	19.252	0,9
RA XXV - SCIA (Estrutural)	14.497	0,7
RA XXVI - Sobradinho II	71.805	3,4
RA XXVIII - Itapoã	46.252	2,2

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2004.

(1) Para a Região Administrativa XXVII Jardim Botânico não existem informações por ter sido criada após o término da pesquisa.

(2) A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais



3.2 Naturalidade

Os imigrantes ainda constituem a maioria da população residente no Distrito Federal (52,01%) embora esta situação esteja começando a modificar em algumas Regiões Administrativas. As presenças mais marcantes são dos oriundos da Região Nordeste e Sudeste (26,7% e 13,7%, respectivamente).

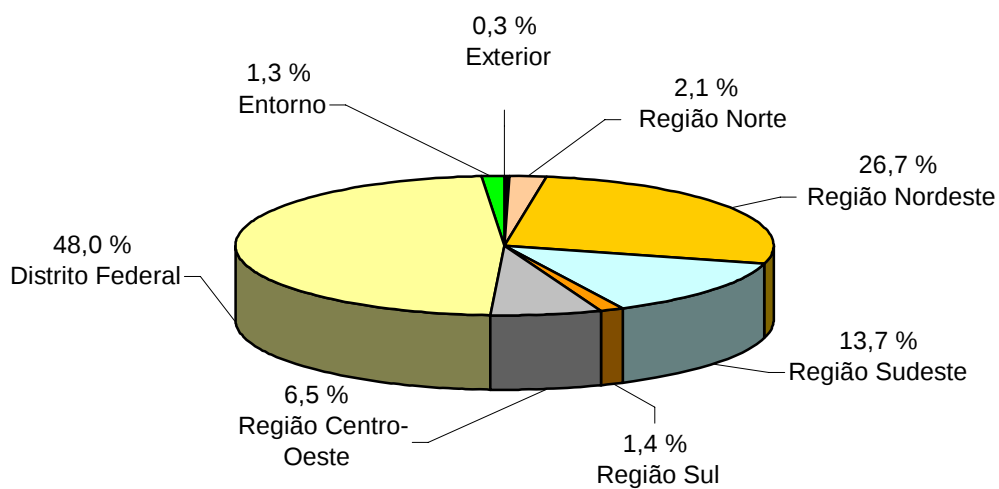
Apesar da existência das Representações Diplomáticas em Brasília, a participação dos estrangeiros é pouco significativa na composição da população não chegando a meio por cento de seu contingente. (Tabela III).

Tabela III – Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno – Distrito Federal – 2004

Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno	População	Percentual
Exterior	6.142	0,3
Região Norte	43.519	2,1
Região Nordeste	558.792	26,7
Região Sudeste	287.383	13,7
Região Sul	30.388	1,4
Região Centro-Oeste	136.791	6,5
Distrito Federal	1.006.689	48,0
Entorno	26.831	1,3
Total	2.096.534	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD

Gráfico II - Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno – Distrito Federal – 2004



Fonte: Tabela III

3.3 Grau de Instrução

A população do Distrito Federal apresenta um grau de instrução elevado, embora cerca de um terço dela ainda tenha formação de primeiro grau incompleto. Já os que possuem o nível superior completo chegam a quase 10% da população e o número de analfabetos não alcança 3% (Tabela IV).

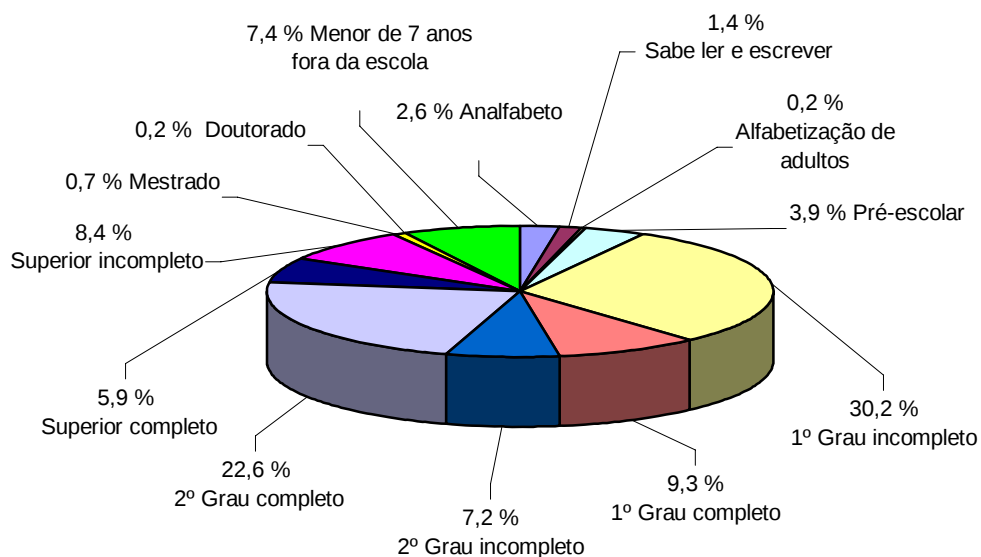
Vale ressaltar que um terço da população está estudando seja em escola pública ou particular.

Tabela IV – População Urbana Residente, segundo o Grau de Instrução - Distrito Federal – 2004

Escolaridade	População	
	Valores Absolutos	Percentual
Total	2.096.534	100,0
Analfabeto	54.247	2,6
Sabe ler e escrever	28.540	1,4
Alfabetização de adultos	4.422	0,2
Pré-escolar	81.091	3,9
1º Grau incompleto	634.026	30,2
1º Grau completo	194.745	9,3
2º Grau incompleto	150.093	7,2
2º Grau completo	474.649	22,6
Superior completo	124.325	5,9
Superior incompleto	176.726	8,4
Mestrado	14.059	0,7
Doutorado	4.669	0,2
Menor de 7 anos fora da escola	154.944	7,4

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2004

Gráfico III - População Urbana Residente, segundo o Grau de Instrução - Distrito Federal – 2004



Fonte: Tabela IV

3.4 Atividade Econômica

Em virtude de o Distrito Federal ser limitado territorialmente para desenvolver de forma extensiva as atividades do setor primário e de não dispor de muitas opções para industrializar-se sem comprometer o seu meio ambiente – e em face de Brasília, como capital do País desempenhar preponderantemente funções institucional-administrativas; a atividade econômica da população encontra-se concentrada na prestação de serviços (55,8%), nas administrações federal e local (19,3%), no comércio (16,9%), contra apenas 7,1% na indústria e não chegando a um por cento na agropecuária (Tabela V).

O contingente de pessoas ocupadas em dezembro 2005, foi estimado em 1.012,0 enquanto a massa de desempregados era de 218,9, apresentando uma taxa de desemprego de 17,8% (dados da PED).

Tabela V - Perfil Ocupacional da População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - Dezembro –2005

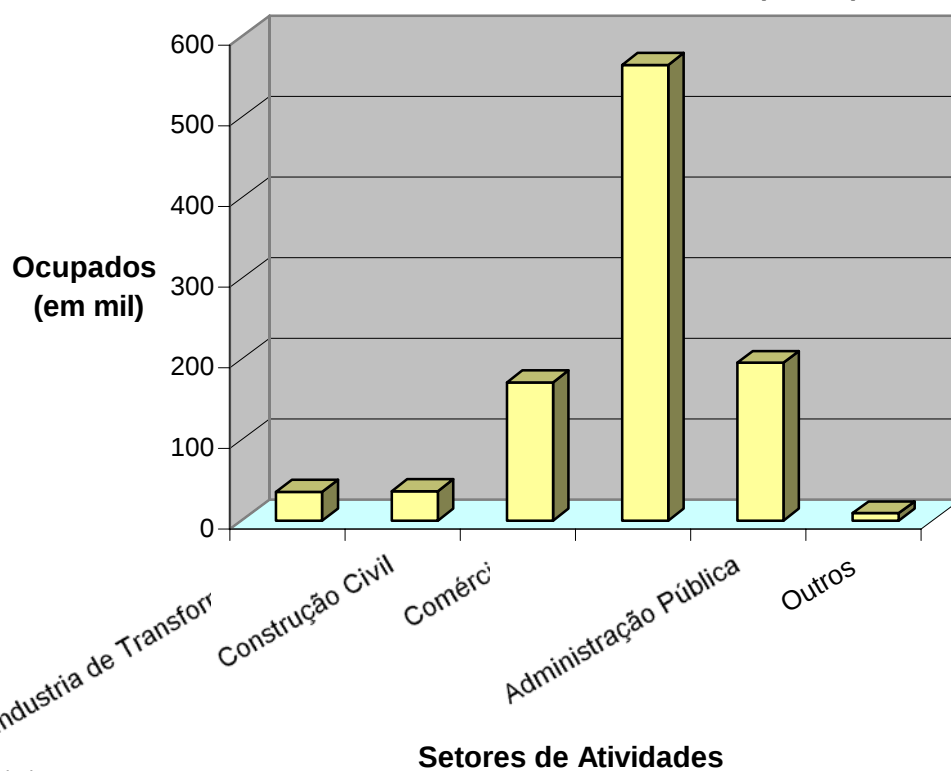
Setores de Atividades	Ocupados (em mil)
Indústria de Transformação	35,6
Construção Civil	36,4
Comércio	171,1
Serviços	564,8
Administração Pública	195,3
Outros ⁽¹⁾	8,8
Total	1.012,0

Fonte: PED/DF (Convênio: TEM/FAT, STb/GDF, DIEESE e SEADE/SP)

Dados elaborados pela STb/DIP/GEPEs

(1) Inclui os trabalhadores do Setor agropecuário, de embaixadas, consulados e representações políticas.

Gráfico IV - Perfil Ocupacional da População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - Dezembro -2005- (em mil)



Fonte: Tabela V

Tabela VI - População Economicamente Ativa, Número de Ocupados, Desempregados e Taxa de Desemprego - Distrito Federal – 2005

Indicadores	Quantidade
População Economicamente Ativa (em mil)	1.230,9
Ocupados (em mil)	1.012,0
Desempregados (em mil)	218,9
- Aberto (em mil)	146,7
- Oculto pelo Trabalho Precário (em mil)	39,4
- Oculto pelo Desalento (em mil)	32,8
Taxa de Desemprego Total (%)	17,8
- Aberto (%)	11,9
- Oculto pelo Trabalho Precário (%)	3,2
- Oculto pelo Desalento (%)	2,7

Fonte: DIEESE/SEADE-SP/MT E-FAT/STb-GDF - PED-DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

3.5 Renda

A renda média domiciliar bruta mensal no Distrito Federal era da ordem de 9,0 Salários Mínimos - SM em 2004. As maiores rendas (em Salários Mínimos - SM) foram detectadas no Lago Sul (43,4), Lago Norte (34,3), Sudoeste/Octogonal (24,1) e Brasília (19,3). Isto se deve entre outros, ao fato de residirem nestas localidades, os dirigentes do país, funcionários públicos graduados, profissionais liberais, comerciantes, que percebem rendimentos mais elevados. Por outro lado, as menores rendas estão em Itapoã (1,6), na SCIA – Estrutural (1,9 SM) e Varjão (2,8 SM), em função das suas próprias condições de invasões e assentamentos (Tabela VII).

De forma similar as maiores rendas domiciliares per capita são encontradas no Lago Sul (10,8 SM), Lago Norte (7,8 SM), Sudoeste/Octogonal (8,6SM) e Brasília (6,8SM).As menores são de Itapoã e SCIA - Estrutural (0,4SM).

Analisando a distribuição da renda domiciliar mensal segundo as classes, as mais significativas são as classes de renda de 2 a 5 e de 5 a 10 Salários Mínimos – SM, com 20,1% e 23,7% dos domicílios, respectivamente (Tabela VIII).

Tabela VII - Renda Média Domiciliar Mensal e Renda Domiciliar Per Capita Mensal
Segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004

Em Salários Mínimos

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Mensal	Renda Per Capita Mensal
Distrito Federal	9,0	2,4
RA I - Brasília	19,3	6,8
RA II - Gama	6,0	1,6
RA III - Taguatinga	9,6	2,5
RA IV - Brazlândia	3,4	0,8
RA V - Sobradinho	9,2	2,4
RA VI- Planaltina	3,2	0,8
RA VII - Paranoá	5,2	1,2
RA VIII - Núcleo Bandeirante	8,3	2,4
RA IX - Ceilândia	4,7	1,2
RA X - Guará	12,3	3,3
RA XI - Cruzeiro	12,1	3,1
RA XII - Samambaia	4,0	1,0
RA XIII - Santa Maria	3,7	0,9
RA XIV - São Sebastião	5,2	1,4
RA XV - Recanto das Emas	3,9	0,9
RA XVI - Lago Sul	43,4	10,8
RA XVII - Riacho Fundo	5,9	1,5
RA XVIII - Lago Norte	34,3	7,8
RA XIX - Candangolândia	8,3	2,2
RA XX - Águas Claras	12,4	3,3
RA XXI - Riacho Fundo II	3,3	0,9
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	24,1	8,6
RA XIII - Varjão	2,8	0,8
RA XXIV - Park Way	19,6	4,9
RA XXV - SCIA (Estrutural)	1,9	0,4
RA XXVI - Sobradinho II	6,5	1,7
RA XXVIII - Itapoã	1,6	0,4

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD

(1) Para a Região Administrativa XXVII Jardim Botânico não existem informações por ter sido criada após o término da pesquisa.

(2) A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais

Gráfico V - Renda Domiciliar Per Capita Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004

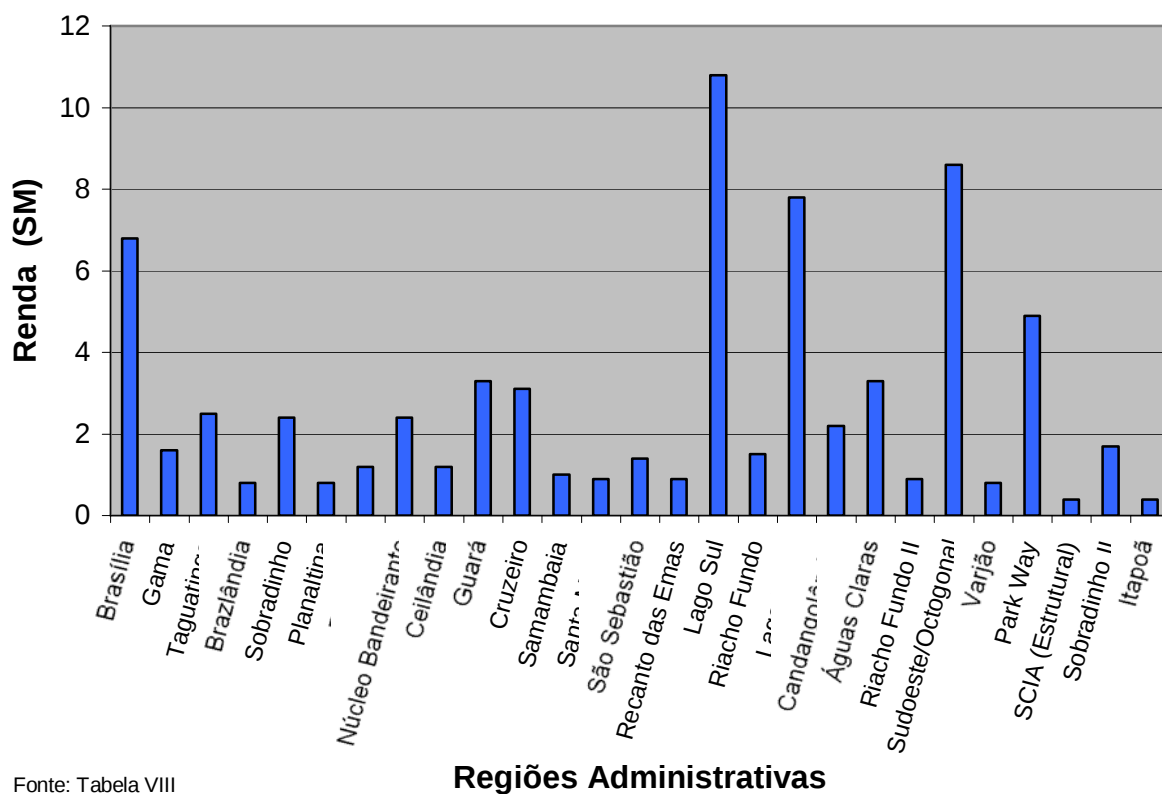


Tabela VIII - Domicílios por Classes de Renda nas Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2004

Em %

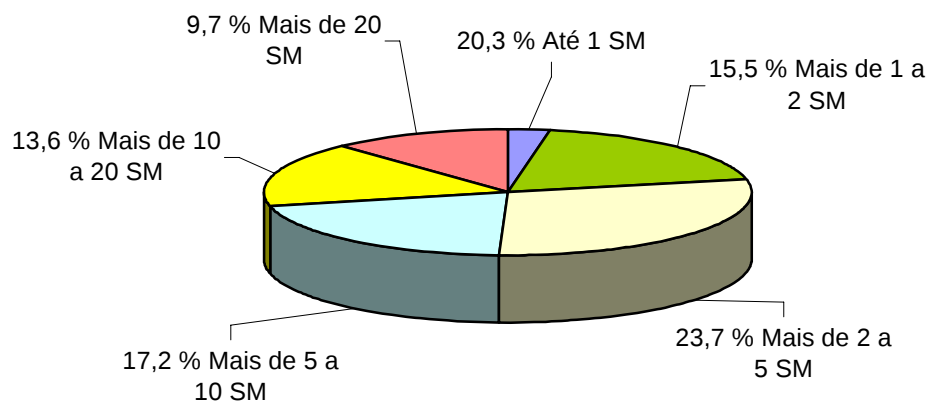
Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Classes de Renda					
		Até 1 Salário Mínimo	Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	Mais de 2 a 5 Salários Mínimos	Mais de 5 a 10 Salários Mínimos	Mais de 10 a 20 Salários Mínimos	Mais de 20 Salários Mínimos
Distrito Federal	100,0	20,3	15,5	23,7	17,2	13,6	9,7
RA I - Brasília	100,0	22,0	2,5	7,4	14,9	24,6	28,6
RA II - Gama	100,0	21,2	14,3	26,8	22,1	13,2	2,5
RA III - Taguatinga	100,0	17,8	7,6	19,5	24,7	21,3	9,2
RA IV - Brazlândia	100,0	23,7	33,5	22,8	14,9	4,2	0,8
RA V - Sobradinho	100,0	42,9	5,9	13,4	15,4	15,7	6,7
RA VI- Planaltina	100,0	34,3	26,0	25,2	10,0	4,1	0,3
RA VII - Paranoá	100,0	17,8	20,7	32,8	16,7	9,2	2,9
RA VIII - Núcleo Bandeirante	100,0	25,7	8,2	22,9	19,2	17,1	6,8
RA IX - Ceilândia	100,0	15,9	18,2	35,6	20,2	8,6	1,6
RA X - Guará	100,0	9,5	5,9	17,0	24,3	26,6	16,6
RA XI - Cruzeiro	100,0	15,0	5,7	15,0	22,1	27,0	15,0
RA XII - Samambaia	100,0	15,3	25,4	35,8	17,6	5,1	0,8
RA XIII - Santa Maria	100,0	18,8	25,0	35,8	15,6	4,2	0,6
RA XIV - São Sebastião	100,0	15,7	24,1	35,4	15,1	9,8	-
RA XV - Recanto das Emas	100,0	17,8	29,4	33,1	14,6	5,1	-
RA XVI - Lago Sul	100,0	16,0	3,8	7,3	5,1	8,0	59,7
RA XVII - Riacho Fundo	100,0	14,6	21,7	25,9	22,0	12,9	2,9
RA XVIII - Lago Norte	100,0	35,1	1,8	2,2	4,3	5,4	51,3
RA XIX - Candangolândia	100,0	17,4	12,0	24,4	21,1	18,4	6,7
RA XX - Águas Claras	100,0	11,7	12,0	20,8	15,2	19,8	20,5
RA XXI - Riacho Fundo II	100,0	16,0	30,1	37,9	13,7	2,0	0,3
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	100,0	17,6	1,6	3,8	10,6	24,5	41,8
RA XIII - Varjão	100,0	15,9	36,2	39,5	6,6	0,7	1,0
RA XXIV - Park Way	100,0	39,7	7,2	13,4	7,2	10,1	22,4
RA XXV - SCIA (Estrutural)	100,0	25,8	48,1	22,9	2,5	0,3	0,3
RA XXVI - Sobradinho II	100,0	24,3	16,5	23,2	17,6	14,4	4,1
RA XXVIII - Itapoã	100,0	38,7	41,1	18,5	1,4	0,2	-

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD

(1) Para a Região Administrativa XXVII Jardim Botânico não existem informações por ter sido criada após o término da pesquisa.

(2) A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais

Gráfico VI - Domicílios por Classes de Renda nas Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004



Fonte: Tabela VIII

4. Caracterização da Economia

4.1 Aspectos Básicos

Com a missão de impulsionar a ocupação demográfica e econômica da região central do país, o Distrito Federal tornou-se um pólo de desenvolvimento da sua região de influência e também da Região Centro-oeste.

O desenvolvimento econômico do DF é marcado por três fases. A primeira fase correspondente ao período que se inicia com a inauguração de Brasília, em que a construção civil foi o principal setor de absorção de mão-de-obra local (décadas de 60 e 70). A segunda, da consolidação de Brasília como sede de Governo Federal, dá ao setor público maior peso ou representatividade na composição do PIB regional (década de 80). A terceira, e última fase, é o período sustentado ainda na construção civil, no comércio, no setor público e principalmente nos serviços em geral (década de 90 e início dos anos 2000).

Por meio da quantificação do conjunto de bens e serviços finais resultantes da produção, pode ser demonstrada a participação efetiva de cada unidade produtiva da economia de uma localidade, determinando-se dessa forma o seu Produto Interno Bruto - PIB.

O PIB do Distrito Federal em 2003, calculado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias SEPLAN, foi da ordem de R\$ 37,8 milhões, sendo que a Agropecuária representava 0,7%, o Setor Industrial 7,6% e os Serviços 91,7%.

O PIB Per Capita do DF é o mais alto do Brasil, embora a sua participação no PIB nacional seja em média de apenas dois por cento (Tabelas IX e X).

Tabela IX - Produto Interno Bruto a Preços de Mercado - Distrito Federal – 2003

Setores	PIB	
	Em R\$ (Milhões)	%
Agropecuário	278	0,73
Indústria Extrativa Mineral	11	0,03
Indústria de Transformação	1.198	3,15
Eletricidade, Gás e Água	519	1,37
Construção	1.171	3,08
Comércio, Representação de Veículos e de Objeto Pessoal e de Uso Doméstico	1.391	3,66
Alojamento e Alimentação	252	0,66
Transportes e Armazenagem	729	1,92
Comunicações	721	1,90
Intermediação Financeira	5.394	14,20
Atividade Imobiliária. Aluguéis e Serviços Pres. às Empresas	2.884	7,59
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	22.422	59,02
Saúde e Educação Mercantis	769	2,02
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	75	0,20
Serviços Domésticos	177	0,47
Valor Adicionado Bruto	37.990	100,00
Menos imputação da Intermediação Financeira indiretamente medidos	4.228	
PIB a preços básicos	33.763	
Mais Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios	3.990	
PIB a Preço de Mercado	37.753	

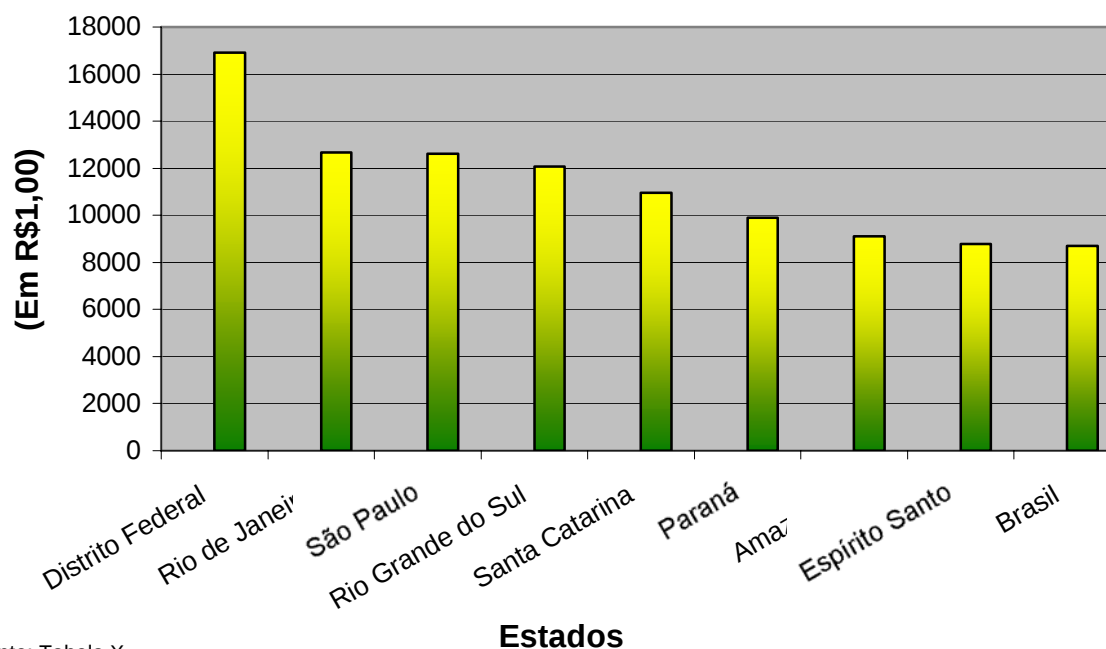
Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal

Tabela X - Produto Interno Bruto Per Capita - Ranking por Estado – 2003

Estado	PIB	
	(Em R\$1,00)	Ranking
Distrito Federal	16.920	1º
Rio de Janeiro	12.671	2º
São Paulo	12.619	3º
Rio Grande do Sul	12.071	4º
Santa Catarina	10.949	5º
Paraná	9.891	6º
Amazonas	9.100	7º
Espírito Santo	8.792	8º
Brasil	8.694	9º

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias

**Gráfico VII - Produto Interno Bruto Per Capita -
Ranking por Estado - 2003**



Fonte: Tabela X

4.2 Economia Agropecuária

O Distrito Federal possuía um modelo fundiário baseado na propriedade pública das terras e concessão em arrendamento, de pequenas e médias parcelas, a produtores agrupados em Núcleos Rurais. A instituição do arrendamento rural teve por objetivo conter a especulação imobiliária e impedir o desvio do uso da terra para fins não produtivos, garantindo o abastecimento básico da população. Observa-se na área rural do DF a coexistência de três segmentos:

- Um segmento gerenciado pelos órgãos públicos, representados pelas áreas arrendadas e de concessão de uso.
- Um segmento privado representado pelas áreas não desapropriadas e
- Um terceiro representado por ocupações irregulares, posses, concentradas nas áreas de domínio público.

As áreas sob controle público (arrendadas) exercem predominantemente a função de produção agropecuária, enquanto as demais exercem mais fortemente a função de moradia.

Dada a reduzida dimensão da área rural do Distrito Federal e a proximidade de terras mais adequadas à exploração agropecuária circundando o quadrilátero que constitui o seu território, esta atividade é incipiente, representando apenas, 0,7% das atividades econômicas na capital (PIB de 2003). Mesmo assim, cerca de 440 mil hectares são terras cultiváveis, ou seja, apropriadas para as explorações rurais e 320 empresas de produção agropecuária estão em funcionamento no DF.

Tabela XI - Empresas de Produção Animal e Vegetal segundo a Atividade Econômica, por Porte – Distrito Federal - 2002

Atividade Econômica	Total	Médio e Grande Porte	Pequeno Porte*	Microempresa*
Total	306	240	5	61
Criação	220	179	3	23
Agricultura	86	61	2	38

Fonte: SEF – Cadastro Fiscal do Distrito Federal – Dados elaborados pela SDE

* – O estatuto das micro e pequenas empresas (lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999) define como Microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual de igual ou inferior a R\$244.000,00. Já a Empresa de Pequeno Porte é definida como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual superior a R\$244.000,00 e igual ou inferior a R\$1.200.000,00.

A política agrícola no Distrito Federal é operacionalizada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA. Para dar sustentação à atividade agropecuária, o Distrito Federal conta com entidades como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - DF, e a Central de Abastecimento - CEASA – DF.

Ainda para apoio ao setor agrícola, a SEAPA é responsável pelo programa Pró - Rural/DF – RIDE, Plano de Desenvolvimento Rural que oferece aos produtores rurais e agroindustriais da região uma série de incentivos que garantem condições de disputar o acesso ao mercado. Este programa objetiva o aumento da renda e a geração de empregos por meio da implantação, modernização, ampliação e reativação de estabelecimentos produtivos, sempre em equilíbrio com a

necessidade da preservação ambiental e da redução das diferenças econômicas e sociais.

4.3 Economia Industrial

A implantação das atividades industriais no Distrito Federal teve como função primordial o apoio aos órgãos governamentais e o atendimento à população transferida para a capital, assim como a construção civil estava vinculada às obras de edificação da cidade.

Os segmentos industriais no Distrito Federal, atualmente são compostos predominantemente por micro empresas, basicamente voltadas para a produção de bens de consumo para a população e para o governo.

Em 2005 a indústria de transformação absorvia 3,5% da população economicamente ativa ocupada do DF e a construção civil 3,6%, de acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal, realizada pela Secretaria de Trabalho, Direitos Humanos em convênio com o Dieese e a Fundação SEADE/SP.

Este reduzido nível de absorção da mão-de-obra reflete a função acessória que o setor desempenha na economia local (6,86% do PIB).

Segundo informações levantadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, as Indústrias de Extração Mineral e de Transformação no DF perfaziam em 2002 um total de 2.337 empresas, sendo 727 de grande porte, 123 de pequeno porte e 1.487 micro empresas (Tabela XII).

Para apoio aos empreendimentos foi criado o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF idealizado pelo atual governo e instituído pela Lei 2.427, de 14 de julho de 1999. O seu objetivo foi o de apoiar iniciativas de negócios que produzam bens e serviços, gerem empregos e renda e promovam contribuição tributária para o Distrito Federal.

Qualquer iniciativa empresarial produtiva, sob a forma de implantação de novo empreendimento, reativação, modernização, expansão, realocação de empresa já existente, que promoviam investimentos destinados a aumentar a produção de bens e serviços, melhorar a produtividade e a qualidade de produtos podiam beneficiar-se do PRÓ-DF, que vigorou até 2003.

A partir do exercício de 2004, está sendo implantado o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo (Pró-DF II), Lei 3.196-DF, de 29 de setembro de 2003, que concede incentivos fiscais e econômicos a empresas que se instalem no Distrito Federal.

Tabela XII - Empresas de Indústria Extrativa Mineral e de Transformação por Atividade Econômica, segundo o Porte – Distrito Federal – 2002

Posição em 31/12

Atividade Econômica	Total	Médio e Grande Porte	Pequeno Porte *	Microempresa *
Total	2.337	727	123	1.487
Gráfica	606	205	55	346
Produtos Agroindustriais e Alimentícios	226	76	8	142
Metalúrgica	308	67	16	225
Utilidade Pública e Outras	77	55	-	22
Vestuário, Calçado e Têxtil	417	47	12	358
Minerais não Metálicos	88	40	4	44
Extração e Tratamento de Minerais	41	39	2	-
Mobiliário	183	35	8	140
Bebidas e Gelo	22	22	-	-
Madeira	137	21	8	108
Perfumaria, Higiene e Limpeza	19	-	2	17
Material Plástico	17	-	2	15
Outras	196	120	6	70

Fonte: SEF – Cadastro Fiscal do Distrito Federal – Dados elaborados pela SDE.

* – O estatuto das micro e pequenas empresas (lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999) define como Microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual de igual ou inferior a R\$244.000,00. Já a Empresa de Pequeno Porte é definida como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual superior a R\$244.000,00 e igual ou inferior a R\$1.200.000,00.

4.4 Economia de Serviços

O Distrito Federal, conforme já citado, devido às suas características administrativas, tem no Setor Terciário (serviços) o seu maior peso no PIB, representando 91,6% em 2003, de acordo com dados elaborados pela SEPLAN.

As empresas de prestação de serviços perfaziam em 2002 um total de 38.039, sendo 24.408 de grande porte, 974 de pequeno porte e 12.657 micro empresas (Tabela XIII).

Quanto à absorção de mão-de-obra, o Setor Serviços é o grande responsável pela ocupação no Distrito Federal, empregando em 2005 mais de 90% do total da mão-de-obra.

Tabela XIII - Empresas de Prestação de Serviços por Atividade Econômica, segundo o Porte – Distrito Federal – 2002

Posição em 31/12

Atividade Econômica	Total	Médio e Grande Porte	Pequeno Porte *	Microempresa *
Total	38.039	24.408	974	12.657
Administração, Consultoria, Representação, Informática e Segurança	7.923	7.553	48	322
Saúde e Veterinária	3.054	3.054	-	-
Manutenção e Assistência Técnica	5.915	3.441	320	2.154
Serviços Diversos	5.100	1.939	230	2.931
Educação, Ensino e Cultura	1.335	1.335	-	-
Comunicação, Publicidade e Difusão	1.214	1.214	-	-
Conservação, Reparação e Instalação	3.624	909	166	2.549
Transporte Urbano	897	897	-	-
Turismo, Hospedagem e Diversões	1.622	774	27	821
Serviços Pessoais	1.993	-	36	1.957
Locação de Bens Móveis	636	-	36	600
Fotografia e Cinematografia	265	-	34	231
Serviços Técnicos em Geral	245	-	33	212
Reprodução, Restauração e Plastificação de Documentos	267	-	-	267
Outras	3.949	3.292	44	613

Fonte: SEF – Cadastro Fiscal do Distrito Federal – Dados elaborados pela SDE

* – O estatuto das micro e pequenas empresas (lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999) define como Microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual de igual ou inferior a R\$244.000,00. Já a Empresa de Pequeno Porte é definida como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual superior a R\$244.000,00 e igual ou inferior a R\$1.200.000,00.

4.4.1 Comércio

Entre os segmentos importantes da economia local está o Comércio. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal é em termos médios de 3,7% sendo que emprega 16,9% da mão-de-obra.

Além de Brasília outras Regiões Administrativas possuem um comércio auto-suficiente que atende as necessidades do consumidor local, sendo que Taguatinga e Ceilândia oferecem comércio mais expressivo atraindo consumidores de outras localidades. Os moradores encontram ainda, aos sábados e domingos as

tradicionais feiras que vendem desde hortifrutigranjeiros até produtos industrializados, sendo as mais concorridas a de Ceilândia e do Guará. Cabe destaque também no comércio do DF, a Feira dos Importados e a Feira de Artesanato da Torre de Televisão, assim como o grande número de Shoppings.

O comércio atacadista contava em 2002 com 2.106 empresas, sendo três quartos de médio e grande porte (1.514) (Tabela XIV).

O comércio varejista disponibiliza para a população 36.457 empresas, sendo que 68% são constituídas por micro empresas. Os ramos mais fortes são os de fornecimento de Alimentos e de Tecidos, Roupas e Calçados (Tabela XV).

Com referência ao comércio do DF, vale ainda observar que em 2002 foi criada a cidade do automóvel, pólo especializado no setor, para onde a Secretaria de Desenvolvimento Econômico transferiu inicialmente 110 empresas. A cidade do automóvel está localizada na Via Estrutural que liga Taguatinga à Brasília, distante 10 km do centro da capital.

Tabela XIV - Empresas de Comércio Atacadista por Atividade Econômica, segundo o Porte – Distrito Federal – 2002

Posição em 31/12

Atividade Econômica	Total	Médio e Grande Porte	Pequeno Porte *	Microempresa *
Total	2.106	1.514	87	505
Alimentos em Geral	336	281	8	47
Máquinas e Aparelhos Diversos	203	177	10	16
Produtos Agrícolas	180	160	5	15
Produtos Diversos	176	142	11	23
Material de Construção	146	131	5	10
Material Elétrico, Hidráulico e Metalúrgico	6	-	6	-
Produtos Químicos, Médico-Hospitalares, Farmacêuticos e Veterinários	112	112	-	-
Livros e Artigos de Papelaria e Escritório	75	63	3	9
Bebidas	93	58	3	32
Animais e Carnes	57	57	-	-
Tecidos, Calçados e Artigos do Vestuário	341	51	8	282
Móveis e Utilidades Domésticas	7	-	7	-
Produtos de Beleza, Higiene e Limpeza	13	-	-	13
Artigos de Joalheria, Relojoaria, Bijuteria e Ótica	10	-	-	10
Outras	351	282	21	48

Fonte: SEF – Cadastro Fiscal do Distrito Federal – Dados elaborados pela SDE

* – O estatuto das micro e pequenas empresas (lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999) define como Microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual de igual ou inferior a R\$244.000,00. Já a Empresa de Pequeno Porte é definida como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual superior a R\$244.000,00 e igual ou inferior a R\$1.200.000,00.

Tabela XV - Empresas de Comércio Varejista por Atividade Econômica, segundo o Porte - Distrito Federal – 2002

Posição em 31/12

Atividade Econômica	Total	Médio e Grande Porte	Pequeno Porte *	Microempresa *
Total	36.457	9.551	1.934	24.972
Máquinas e Aparelhos Diversos	2.833	1.258	223	1.352
Fornecimento de Alimentos Preparados	6.660	1.101	177	5.382
Veículos, Peças e Acessórios	2.843	1.060	178	1.605
Materiais para Construção e Ferragens	2.126	804	159	1.163
Tecidos, Roupas e Calçados	5.050	765	331	3.954
Artigos Diversos	3.096	719	101	2.276
Produtos Químicos, Médico-Hospitalares, Farmacêuticos e Veterinários	594	594	-	-
Livros e Artigos de Papelaria e Escritório	638	553	85	-
Combustíveis e Derivados de Petróleo	407	407	-	-
Móveis e Artigos para Habitação	1.590	401	149	1.040
Mercados, Supermercados, Lojas de Departamento e Cooperativas	1.756		83	1.673
Produtos Alimentícios	1.360	-	75	1.285
Produtos de Beleza, Higiene e Limpeza	1.049	-	-	1.049
Outras	6.455	1.889	373	4.193

Fonte: SEF – Cadastro Fiscal do Distrito Federal – Dados elaborados pela SDE

* – O estatuto das micro e pequenas empresas (lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999) define como Microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual de igual ou inferior a R\$244.000,00. Já a Empresa de Pequeno Porte é definida como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual superior a R\$244.000,00 e igual ou inferior a R\$1.200.000,00.

4.4.1.1 Comércio Exterior

O comércio exterior do Distrito Federal é essencialmente importador sendo que no ano de 2005 o valor das importações foi da ordem de US\$745,2 mil e as exportações de US\$20,8 mil (preços FOB). As exportações do Distrito Federal representam apenas 0,05% das exportações brasileiras. (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior).

Desde 2004 foi criada a Estação Aduaneira do Interior de Brasília - EADI mais conhecida como “Porto Seco”, distante 40 Km da capital federal na Região Administrativa de Santa Maria. A EADI tem como objetivo centralizar e facilitar a importação e exportação no DF.

A localização do Porto Seco é estratégica. Fica às margens da BR 040 (principal estrada de ligação do DF com São Paulo), ao lado da avenida mais importante do Pólo JK e próximo aos trilhos da Rede Ferroviária Federal, ferrovia de ligação com outros estados.

4.4.2 Abastecimento de Água/ Esgotamento Sanitário

No Distrito Federal, cabe à Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, empresa pública de direito privado, a prestação de serviços de abastecimento e saneamento básico. A empresa atende atualmente 1,9 milhões de habitantes com abastecimento de água – 92% da população e 1,8 milhões de habitantes com coleta de esgoto – 88% da população do Distrito Federal – e trata 66% dos esgotos coletados.

São atribuições da CAESB, além da execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários no Distrito Federal, a conservação, proteção e fiscalização das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de abastecimento de água, e o controle de poluição das águas (Decreto Lei nº 524 de 08/04/69).

O crescimento do atendimento de coleta de esgotos tem sido, nos últimos anos, superior ao de abastecimento de água. Este procedimento tem como objetivo ampliar a estrutura de coleta de esgoto que oferece atendimento menos abrangente que o de água.

4.4.3 Recolhimento de Lixo

A manutenção da limpeza pública urbana do Distrito Federal, envolvendo as atividades de coleta, tratamento e destinação final do lixo domiciliar, comercial e hospitalar, está a cargo do Serviço de Ajardinagem e Limpeza Urbana do Distrito Federal – BELACAP, ex Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, autarquia vinculada a Secretaria de Estado de Infra-estrutura e Obras criada pelo Decreto n.º 076 de 03/08/61.

Compete também a BELACAP a varrição de ruas, capina, pintura de meios fios e lavagem de passagem para pedestre, remoção de entulhos, etc.

Segundo informações coletadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD em 2004, cerca de 98% dos domicílios urbanos do DF, contam com o serviço de limpeza urbana.

4.4.4 Abastecimento de Energia Elétrica

A Companhia Energética de Brasília além de ser a distribuidora oficial de eletricidade do DF, assumiu, também, a permissão para distribuição do gás canalizado e outras fontes de energia na região.

Atualmente a CEB, vinculada à Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Obras se constitui em uma companhia aberta, devido à venda, em 1994, por parte do Governo do Distrito Federal, seu acionista majoritário, de 8,32% das ações ordinárias que possuía.

O Distrito Federal é bem servido por energia elétrica, com atendimento chegando à cerca de 98% das residências.

A grande maioria (85%), dos consumidores pertence à categoria Residencial. O Comércio participa com 12% e o Setor Industrial com apenas 0,3%, menor que o Poder Público (0,5%). Dada a estrutura do DF, constituída essencialmente por população urbana, o número de consumidores rurais representa 1%.

4.4.5 Saúde

Cabe à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a manutenção e funcionamento dos estabelecimentos da rede oficial, coordenar programas, fiscalizar o exercício das profissões da área de saúde, e controlar a comercialização de medicamentos.

A rede hospitalar do Distrito Federal conta com 55 hospitais particulares, 15 públicos (Secretaria de Estado de Saúde) e 2 militares com capacidade total de disponibilizar 6.785 leitos. Além dos hospitais, existem 61 centros e 33 postos de saúde. Em 2004 as unidades apresentaram uma taxa média de ocupação hospitalar da ordem de 74,8%.

O DF ainda dispõe do Hemocentro de Brasília que nasceu de um projeto iniciado a mais de 20 anos. Em 13 de dezembro de 1994, a Gerência de Hemoterapia foi transformada em Fundação Hemocentro de Brasília e atualmente é centro de referência nacional na especialidade.

Em Brasília está também localizado o Hospital de Reabilitação Sarah Kubitschek, criado em 1960, pertencente à Fundação das Pioneiras Sociais, entidade sujeita a supervisão do Ministério da Saúde, sendo especializado no tratamento das doenças do aparelho locomotor, de origem congênita ou adquirida, abrangendo as patologias do sistema nervoso central. O Sarah atende pacientes de todo o Brasil.

Tabela XVI - Hospitais e Leitos – Distrito Federal – 2004

Especificação	Total	Públicos (SES)	Particulares	Militares
Hospitais	72	15	55	2
Leitos	6.785	4.088	2.239	458

Fonte: SEPLAN – Anuário Estatístico Distrito Federal 2005

Tabela XVII - Unidades de Saúde da Fundação Hospitalar, segundo o Tipo – Distrito Federal – 2004

Unidades de Saúde	Quantidade
Total	139
Hospitais	15
Centros de Saúde	61
Postos de Saúde Urbano e Rural	33
Diretoria de Saúde do Trabalhador – DISAT	1
Unidade Mista de Saúde	3
Centro de Orientação Médico Psicopedagógico - COMPP	1
Central Radiológica.	1
Núcleos de Inspeção	21
Laboratórios Regionais	2
Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – LACEN	1

Fonte: SEPLAN – Anuário Estatístico Distrito Federal 2005

4.4.6 Ensino

Cabe à Secretaria de Educação executar a política educacional do Distrito Federal, de modo a assegurar a eficácia do sistema de ensino oficial regular.

O ensino Pré-escolar, Especial, Fundamental e Médio no Distrito Federal é oferecido pelo Governo do Distrito Federal e pela rede particular. Já o ensino de 3º grau é ministrado pela Universidade de Brasília (UnB), federal e vários estabelecimentos de ensino superior particulares. Funcionam, ainda paralelo aos dois sistemas, diversos cursos profissionalizantes e de treinamento, mantidos por entidades públicas e privadas.

O Distrito Federal contava em 2004, com 608 unidades escolares na rede pública, 435 escolas da rede particular conveniada e duas na rede federal, para atender o Ensino Regular, Pré-escolar, Especial, Fundamental e Médio.

Ainda em relação à infra-estrutura física, o número de salas de aula existente no mesmo ano, era de 8.275 na área pública urbana e 568 na rural e 6.281 na rede privada e 91 na rede federal.

Em 2004 estavam matriculados, 699.836 alunos - Ensino Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Supletivo - sendo 537.063 na rede pública, 157.744 na rede particular e 3.039 na rede federal. Como o Distrito Federal é essencialmente urbano, os alunos matriculados na rede pública urbana representam 96% do total.

O número de professores da rede pública no mesmo ano era da ordem de 22.428 e na rede particular de 10.256, apresentando assim um coeficiente médio de 31 alunos por professor na rede pública e 16 na rede privada.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar atendeu 343.273 na rede pública de ensino em 2004. Também foram adquiridos e distribuídos 1.118.412 livros por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

Com vistas a um melhor rendimento escolar a rede pública de ensino conta com 606 bibliotecas escolares com um acervo de 1.055.621 livros e publicações. Atendeu em 2004 um total de 643.501 usuários (SEPLAN – Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2005).

Com relação ao atendimento profissionalizante foram contemplados 31.867 alunos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e 45.345 alunos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, também no ano de 2004.

O Distrito Federal conta com 65 Instituições de Ensino Superior, sendo duas Universidades, um Centro Universitário, três Faculdades Integradas e 59 Instituições de Ensino Superior (Faculdades, Escolas e Institutos). Em 2003, haviam 90.931 alunos matriculados no ensino superior de graduação, o que equivale a dizer que de toda população do DF, cerca de 5% são universitários.

Para atendimento a estes alunos, os estabelecimentos de ensino superior contam com um corpo docente de 5.297 professores, sendo 3.413 titulares e 1.884 assistentes.

Tabela XVIII - Matrícula Inicial por Níveis de Ensino segundo a Dependência Administrativa – Distrito Federal – 2004

Dependência Administrativa	Matrícula Inicial por Níveis de Ensino							
	Total	Educação		Ensino		Curso normal em Nível Médio	Educação	
		Especial	Infantil	Fundamental	Médio		Profissional	Jovens e Adultos
TOTAL	699.836	7.394	94.183	369.831	121.960	539	8.752	97.177
Rede Pública	537.063	6.293	49.771	291.063	96.002	539	3.227	90.168
Urbana	514.829	6.242	47.514	273.985	94.677	539	2.839	89.033
Rural	22.234	51	2.257	17.078	1.325	0	388	1.135
Rede Particular	157.744	1.101	44.114	75.675	24.240	0	5.425	7.009
Conveniada/SEE	14.080	1.101	6.316	3.427	0	0	469	2.767
Não Conveniada	143.664	0	37.798	42.248	24.420	0	4.956	4.242
Urbana	142.966	0	37.548	71.800	24.420	0	4.956	4.242
Rural	698	0	250	448	0	0	0	0
Rede Federal	3.039	0	33	1.569	1.437	0	0	0
Conveniada/SEE	100	0	0	0	0	0	100	0
Não Conveniada	1.890	0	265	1.524	101	0	0	0

Fonte: Secretaria de Estado de Educação – Censo Escolar 2004 – dados elaborados pela SEPLAN

Nota: As redes Particulares Conveniada à SEE e Federal; Escolas não vinculadas à SEE e vinculada à SES, não apresentam escolas na zona rural

Tabela XIX - Professores Existentes por Níveis de Ensino, segundo a Dependência Administrativa - Distrito Federal – 2004

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Número de Professores						
	Total	Níveis de ensino					
		Educação especial	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação jovens e adultos	Educação profissional
TOTAL	33.047	2.213	4.736	16.125	6.191	2.807	975
Rede Pública	22.428	1.983	1.940	11.309	4.254	2.451	491
Total Particular	10.256	229	2.771	4.616	1.825	356	469
Conveniada à SEE	705	227	222	155	-	51	50
Não conveniada	9.561	2	2.549	4.461	1.825	305	419
Rede Federal	222	-	13	111	98	-	-

Fonte: Secretaria de Estado de Educação – Censo Escolar – 2004 - dados elaborados pela SEPLAN

Nota: Estão computados no total 20 alunos Escola pública vinculada à SES e mais 114 da Escola pública não vinculada à SEE

4.4.7 Segurança Pública

A Secretaria de Estado de Segurança Pública é encarregada de garantir a segurança e preservar a ordem pública do Distrito Federal. Esta Secretaria coordena as ações da Polícia Civil do DF, da Polícia Militar do DF, do Corpo de Bombeiros Militar do DF, do Departamento de Trânsito – DETRAN e da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF – FUNAP e do Conselho de Entorpecentes - CONEN.

A polícia Civil assume as atividades preventiva e a repressiva ou judiciária; a Polícia Militar fica com a manutenção da ordem pública por meio do policiamento ostensivo; o Corpo de Bombeiros garante a tranquilidade da comunidade; e o DETRAN se encarrega de disciplinar o trânsito.

A Fundação de Amparo ao trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP, desenvolve programas para propiciar atividades produtivas aos detentos.

O sistema carcerário é composto pela Penitenciária do Distrito Federal – PDF I e II, Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, Centro de Internação e Reeducação – CIR, Centro de Detenção Provisória – CDP e Centro de Progressão Penitenciária – CCP.

O Distrito Federal conta com 28 Delegacias Policiais, 16 Delegacias Especializadas, 157 Postos Policiais, sendo 17 civis e 140 Militares. (Secretaria de Estado de Segurança).

4.4.8 Meios de Comunicação

Como principal centro de decisões nacionais na área dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de Brasília sai a maioria das notícias divulgadas diariamente nos veículos de comunicação social do país. Sede da maior potência de radiodifusão instalada em território nacional – a estatal Radiobrás, mantém programas regulares dirigidos também ao exterior e produzidos em vários idiomas.

Brasília possui setores específicos para a localização dos meios de comunicação: o Setor de Indústrias Gráficas e os Setores de Radio e TV (Norte e Sul), que, no entanto não abrigam a totalidade das empresas que atuam na área.

A torre de televisão, localizada no Eixo Monumental, além de centralizar a emissão e retransmissão de televisão no Distrito Federal é um ponto turístico e de referência para os brasilienses e para os visitantes.

4.4.8.1 Telecomunicações

Com a reforma do sistema de telecomunicações, empreendida a partir de 1997 pelo Governo Federal, os serviços de telecomunicações no Distrito Federal, antes oferecidos unicamente por empresas do Sistema Telebrás, passaram a ser operados por diversas empresas do ramo. Instalada em 5 de novembro de 1997, a nível nacional e regional a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, vem exercendo o papel de órgão regulador do sistema, concentrando ainda as informações pertinentes da área.

Segundo dados da PDAD em 2004, 85% dos domicílios da área urbana do DF possuíam telefone fixo, sendo que alguns domicílios possuíam mais de uma linha. Já o telefone celular é encontrado com os moradores de 74% dos domicílios brasilienses, sendo que 17% deles possuem três ou mais unidades.

4.4.8.2 Correios e Telégrafos

No Distrito Federal, assim como em todo o país, a população conta com os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para atender suas necessidades postais e telemática.

A rede de atendimento da empresa conta atualmente, com 87 agências próprias, 27 agências franqueadas de correios e 1.119 Caixas de Coleta, 22 centros de distribuição domiciliar, 01 centro de entrega de encomenda e um terminal de cargas. Quanto ao tráfego postal e telemático, em 2005 o Distrito Federal totalizou mais de 221,2 milhões de unidades. Dentre estas, a maioria foram unidades recebidas (62,73%), sendo 93,9% delas simples e 6,1% registradas e malotes. Os telegramas são pouco expressivos, correspondendo menos de 3% do tráfego.

4.4.9 Transporte

4.4.9.1 Transporte Urbano

O traçado da cidade, com avenidas largas, sem cruzamentos, e o alto poder aquisitivo da população, principalmente em Brasília e nos Lagos Sul e Norte, favorecem o uso do automóvel no Distrito Federal, que representa 78% da frota local, de 825.690 veículos (janeiro de 2006 - DETRAN), apresentando uma taxa média de cerca de 3 pessoas por veículo.

Tabela XX – Veículos Registrados, segundo os Tipos – Distrito Federal – 2006

Tipo	Quantidade	Percentual
Total	825. 690	100,0
Automóveis	640. 334	77,6
Motos ⁽¹⁾	65. 770	8,0
Camioneta	53. 841	6,5
Caminhonete	21.448	2,6
Caminhões	16.836	2,0
Ônibus	6.166	0,7
Microônibus	5.349	0,6
Reboques	12.549	1,5
Semi-Reboque	1.642	0,2
Outros	1.755	0,2

Fonte: Detran – DF- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

(1) Incluem-se ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos.

Apesar disto, para grande parte da população do Distrito Federal o principal meio de locomoção é o ônibus, com a dependência do transporte coletivo, em algumas cidades, chegando a 71%, como no caso de Paranoá, 67 % em Recanto das Emas e 65% em Santa Maria (CODEPLAN - Pesquisa Domiciliar Transporte -. 2000)

As viagens de ligação entre as cidades e o Plano Piloto caracterizam-se por uma distância média de 38 km e pela baixa renovação de passageiros ao longo do percurso, no transporte coletivo. Mais de 60% das viagens estão concentradas nos horários de pico (manhã, tarde e noite).

Em Brasília concentram-se cerca de 45% das oportunidades de emprego do Distrito Federal, seguidos por Taguatinga (10,71%) e Guará (9,03), consolidando assim a importância do transporte público para os trabalhadores das demais Regiões Administrativas e para as próprias atividades produtivas (cerca de 52% das viagens são por motivo de trabalho - dados da Pesquisa de Transporte – 2000 - CODEPLAN).

As viagens de ligação com o Plano Piloto estão distribuídas em cinco Eixos que convergem predominantemente para o Plano Piloto:

- Eixo Oeste - Corredor Taguatinga/Ceilândia/Samambaia/Brazlândia/Guará
- Eixo Sul - Corredor Gama/Santa Maria
- Eixo Norte - Corredor Planaltina/Sobradinho
- Eixo Leste - Corredor São Sebastião/Paranoá
- Eixo Sudoeste - Corredor Núcleo Bandeirante/Recanto das Emas/Candangolândia/Riacho Fundo.

A população do DF é servida atualmente por 780 linhas de ônibus urbanos convencionais e 11 de Transporte Vizinhança e uma frota de 2.354 ônibus (DFTRANS).

O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF- era gerenciado até julho de 2003 pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU/DF-, órgão vinculado à Secretaria de Transportes. O DMTU/DF foi extinto e criado o DFTRANS, também vinculado à Secretaria de Estado de Transportes que está estruturado a partir de dois tipos de serviços: o convencional (majoritário) e os especiais, de natureza complementar.

Atualmente são oferecidos sete tipos de serviços aos usuários de transporte coletivo:

- **Serviço Convencional** – utiliza ônibus dos tipos convencional, alongado, padrão e articulado, para operar a rede básica do serviço de transportes responsável por 87% dos passageiros transportados no Sistema de Transporte Público;
- **Serviço de Vizinhança** – utiliza microônibus, com 26 lugares, que operam linhas internas de Brasília, Cruzeiro, Octogonal, executado por empresas de transporte sob o regime de permissão;
- **Serviço Público Alternativo** – STPA - utiliza veículos do tipo Van (kombi, Besta, MB-180, MB-Sprinter) com capacidade mínima de nove e máxima de dezesseis lugares. De natureza complementar tem sua frota máxima fixada em 30% da frota total do Sistema de Transportes Público Coletivo do Distrito Federal STPC/DF opera somente nas Regiões Administrativas menos Brasília;
- **Serviço Autônomo Rural** - utiliza ônibus do tipo convencional e alongado, operado em linhas de caráter rural por transportadores autônomos permissionários;
- **Serviço de Transporte Privado** - utiliza veículos do tipo Van e ônibus do tipo convencional e alongado, operando em linhas cadastradas através de contrato de prestação de serviço e o respectivo itinerário descritivo, inclusive escolares;
- **Serviço Próprio das Empresas** - utiliza veículos do tipo Van e ônibus do tipo convencional e alongado, operando em linhas cadastradas por meio da apresentação do contrato social de pessoa jurídica e o respectivo itinerário descritivo e transporta empregados de empresa/órgão – Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínio – STPAC/DF.

As cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia formam um pólo econômico importante para o Distrito Federal, concentrando cerca de 40% da população 30% dos estabelecimentos comerciais e de serviços. Só na hora de pico são 58 mil viagens de ônibus para fora da região: 31 mil para o Plano Piloto e 27 mil para outras localidades (Dados de 2000). Para complementar o atendimento a esta necessidade de transporte urbano foi concebido o **Metrô**.

Com quarenta quilômetros de extensão, dos quais nove subterrâneos, o **Metrô** de Brasília terá vinte e oito estações, sendo dez subterrâneas (nove no Plano Piloto e uma no centro de Taguatinga). Algumas das estações do Plano Piloto ainda não estão ativadas, sendo que o primeiro trecho operacional do metrô está atendendo as ligações Samambaia - Centro de Taguatinga - final da Asa Sul, que

contempla as cidades: Brasília, Guará, Águas Claras, Taguatinga e Samambaia. Atualmente existem 14 estações em funcionamento.

4.4.9.2 Infra-estrutura Rodoviária e Ferroviária

O Distrito Federal constitui-se em ponto básico de interligação dos grandes eixos viários do país, tornando-se naturalmente ponto de interface dos principais corredores estratégicos de transporte, destacando-se os Corredores Centro-Leste (Brasília-Vitória), Centro-Rio de Janeiro, Centro-Sul, com acesso aos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, convergindo para o Mercosul; corredores Centro-Nordeste e Centro-Norte.

As principais rodovias radiais federais que ligam Brasília ao resto do país são: BR-010 para Belém (PA); BR-020 para Salvador (BA); BR-040 para Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ); BR-050 para São Paulo (SP) e região Sul; BR-060 para Goiânia (GO) e BR-070 para Cuiabá (MT).

4.4.10 Instituições Financeiras

No Distrito Federal, além dos vários bancos privados existentes, encontram-se as sedes dos oficiais como o Banco de Brasília, com 73 agências, 56 postos e 77 lojas BRB de conveniência de atendimentos, o Banco do Brasil, com 58 agências e a Caixa Econômica Federal, com 59 agências e 73 pontos de atendimento.

O BRB - Banco de Brasília S.A., sociedade de economia mista, cujo acionista majoritário é o Governo do Distrito Federal, foi criado em 10 de dezembro de 1964 (Lei Federal 4545), obtendo, do Banco Central do Brasil, autorização para funcionamento em 12 de julho de 1966. Com sua criação pretendia-se dotar o Distrito Federal de um agente financeiro que possibilitasse captar recursos necessários para o desenvolvimento da região.

O BRB vem atuando como principal provedor de serviços bancários para o Governo do Distrito Federal, administrando recursos de todo complexo administrativo e recebendo todos os seus impostos e taxas. Os servidores do governo local recebem seus salários por intermédio do mesmo.

4.4.11 Informática

A informática encaixa-se dentro da tendência do Distrito Federal de atrair indústrias não poluentes, de alta tecnologia. Por outro lado, Brasília, além das empresas privadas, por ser sede do governo abriga inúmeras empresas estatais, fundações e autarquias federais e do governo local, onde são geradas as maiores

demandas, consolidando o Distrito Federal como um dos mais importantes pólos geradores de produtos e serviços de informática do Brasil.

Em janeiro e fevereiro de 2006, foi aprovado respectivamente, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, e sancionado em março do mesmo ano pelo Presidente da República o Projeto de Lei 4.186/2004 que amplia a área do Parque Nacional de Brasília. A decisão era fundamental para que o Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cedesse um terreno destinado a implantação do Parque Capital Digital, nome oficial da Cidade Digital.

A área destinada ao pólo tecnológico fica próxima à Granja do Torto em uma área de 123 hectares. A previsão é que dois mil empresas se instalem no local e criem entre 40 mil e 50 mil empregos.

No âmbito do Governo do Distrito Federal, a CODEPLAN é o órgão executor da política de informática no Distrito Federal, gerindo as atividades relativas à Internet e a Intranet e fornecendo produtos, serviços e soluções envolvendo Tecnologia da Informação.

O Governo do Distrito Federal, por intermédio da Codeplan está implantando desde 15/04/2002 Centros Integrados de Tecnologia da Informação – CITIs, nas diversas Regiões Administrativas com o objetivo de levar aos jovens do DF, por intermédio de cursos, informações técnicas básicas para sua introdução na área de informática.

Quanto à disponibilidade de computadores nas residências, no Distrito Federal 31,7% de sua população acessam computadores em casa, enquanto 22,6% usam também a internet.

4.4.12 Religião e Misticismo

Profecias e visões envolvem a cidade. Em 1883, o santo italiano São João Bosco previu um futuro grandioso para a América do Sul, para o Brasil, e mais especificamente para Brasília, com o surgimento de uma civilização, na “terra prometida, vertendo leite e mel”.

Também o vidente italiano Pietro Ubaldi, em 1935, identificou Brasília como o berço da nova civilização do terceiro milênio. Muitos videntes apregoam que a cidade é um centro irradiador de poder e energia. Os teósofos acreditam na formação da próxima civilização de aquarius em Brasília, com o conseqüente aperfeiçoamento da humanidade. Os ufólogos, confiantes na comunicação extraterrena, consideram-na um ponto privilegiado para a comunicação com os extraterrestres.

A aura de misticismo ganha mais força ainda com as pesquisas de historiadores e estudiosos sobre as coincidências arquitetônicas e estruturais entre Brasília e civilizações antigas, como o Egito. A sede da Companhia Energética de Brasília (CEB), no início da Av. L2 Norte, é, para muitos, a cópia fiel da pirâmide Sakara, construída na terceira dinastia do antigo Egito. O Teatro Nacional é outro exemplo, com sua arquitetura, disposição e ornamentação irregulares, apresentando 36 formas piramidais egípcias. Alguns vêem no desenho do plano piloto o pássaro sagrado egípcio Ibis, alçando vôo com suas largas asas.

A relação com números cabalísticos também está presente. A catedral tem 16 colunas: na Cabala Hebraica e no Tarot Egípcio, o número 16 significa templo. Tudo na cidade, com raras exceções, são submúltiplos de 12, que é número sagrado no Tarot e na Cabala: são 12 apóstolos, 12 signos e 12 meses do ano, 12 notas musicais, e assim por diante. Existem seis colunas no Palácio do Buriti e 12 no Centro de Convenções. As superquadras 100, 200 e 300 são formadas por 11 blocos de seis andares cada. Onze vezes seis corresponde a 66, e a soma de seis mais seis é 12.

Misticismos e coincidências à parte, Brasília abriga um número considerável de religiões, cultos, seitas, correntes filosóficas e pensamentos espiritualistas e sociedades místicas. Embora haja predominância da religião católica, novas manifestações espirituais vêm se formando, geradas por uma série de fatores que propiciam seu surgimento. Habitada por grupos de todas regiões do país, e também do exterior, a cidade sofre influências diversas.

Brasília conta hoje no campo doutrinário-religioso com dezenas de cultos e religiões: Ioga, Budismo, Igreja Metodista, Igreja Ortodoxa, Seicho-no-ie, Mahikari, Igreja Messiânica Mundial do Brasil, Sociedade Maçônica, Hare Krishna, Mórmons. Além das religiões e seitas existem no Distrito Federal, os movimentos de busca espiritual como a Universidade Holística Internacional de Brasília, Cidade da Paz, Sociedade Brasileira de Eubiose, Centro de Estudos Gnósticos, a Sociedade Teosófica, a Rosa Cruz, A Grande Fraternidade Universal (GFU), Augusta Grande Fraternidade Universal (AGFU) e a Escola de Ioga de Brasília. Várias igrejas tais como: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Confissão Lutherana do Brasil, Igreja Episcopal, Igreja Presbiteriana, Igreja Adventista do 7º Dia, Testemunhas de Jeová, Igreja Evangélica Pentecostal, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja de Cristo, Igreja Memorial Batista, Igreja Católica Apostólica Brasileira, Centros Espíritas e Casas de Umbanda e Candomblé.

5. Caracterização do Entorno do Distrito Federal

5.1 Aspectos Básicos

Conhecer a área de influência do Distrito Federal e a realidade dos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, num contexto de inter-relações de dependência econômica com o DF, é fundamental para o planejamento de políticas públicas.

A RIDE delimitada e criada por meio da Lei complementar nº 94 de 19/02/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.710 de 4 de agosto de 1999, compõe, além do Distrito Federal, de 19 municípios de Goiás e três de Minas Gerais, cujo número da população encontra-se na tabela abaixo.

Tabela XXI - População da RIDE – 2005

Município	População	Distância (em Km)
Abadiânia	12.736	118
Água Fria de Goiás	4.778	118
Águas Lindas de Goiás	159.294	47
Alexânia	22.287	87
Buritis	21.636	207
Cabeceira Grande	6.427	139
Cabeceiras	6.942	235
Cidade Ocidental	47.499	42
Cocalzinho de Goiás	17.299	110
Corumbá de Goiás	9.915	128
Cristalina	39.867	119
Formosa	90.247	79
Luziânia	180.227	58
Mimoso de Goiás	2.206	126
Novo Gama	93.081	46
Padre Bernardo	24.655	106
Pirenópolis	21.241	139
Planaltina de Goiás	94.717	56
Santo Antonio do Descoberto	74.867	44
Valparaíso de Goiás	119.493	35
Vila Boa	3.567	156
Unaí	75.299	80
Subtotal	1.128.280	-
Distrito Federal (ano 2004)	1.960.534	-
Total	3.084.814	-

Fonte: IBGE – Cidades e Mapa Rodoviário - 2002

5.2 Indicadores Socioeconômicos

Os indicadores socioeconômicos da população da RIDE, excluindo o Distrito Federal, refletem as discrepâncias existentes entre os municípios do entorno e a capital federal.

Tabela XXII – Indicadores Socioeconômicos – Distrito Federal e Municípios da RIDE – 2003/2004

Indicadores	Distrito Federal	RIDE*
Renda Domiciliar Mensal Bruta (em Salários Mínimos)	9,0	3,3
Renda Per Capita (em Salários Mínimos)	2,4	0,9
Número de Pessoas por Domicílio	3,7	3,9
Percentual de Analfabetos	3,3	6,0
Taxa de Desemprego Total (em Percentual) **	18,2	35,0
Domicílios com Computador	31,6	7,9

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Perfil Socioeconômico e Demográfico dos moradores da RIDE – 2003

SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2004.

*Abrange informações sobre os 22 municípios exclusive o Distrito Federal

**Inclui Desemprego aberto e oculto por trabalho precário

5.3 Grau de Dependência com o Distrito Federal

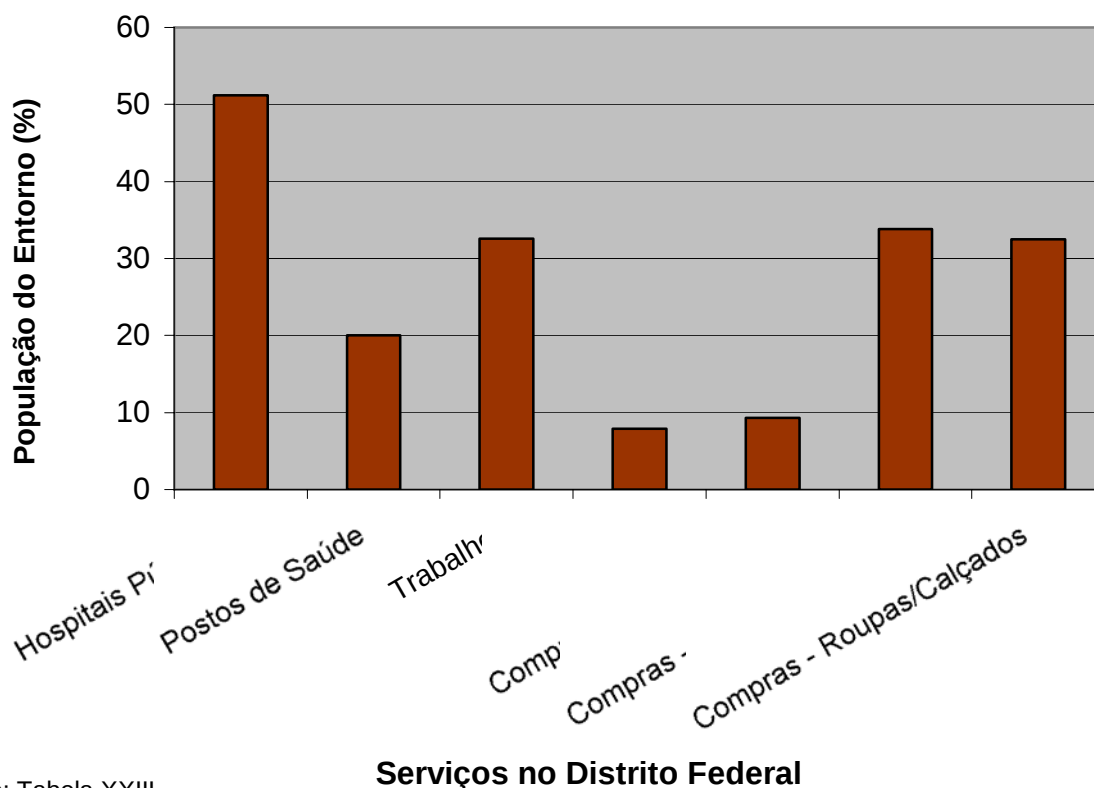
Pesquisa realizada em 2003 nos municípios do entorno confirmam a grande dependência destes com o Distrito Federal, essencialmente na questão de saúde, trabalho e comércio.

Tabela XXIII – Utilização dos Serviços no Distrito Federal pela População da RIDE – 2003

Serviços no Distrito Federal	População do Entorno que utiliza os serviços no DF (%)
Hospitais Públicos	51,2
Postos de Saúde	20,0
Trabalho	32,6
Estudo	7,9
Compras - Alimentação	9,3
Compras - Eletro Doméstico	33,8
Compras - Roupas e Calçados	32,5

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos moradores da RIDE - 2003

**Gráfico VIII - Utilização dos Serviços no Distrito Federal
pela População do Entorno - Distrito Federal - 2003**



Fonte: Tabela XXIII

A dependência dos municípios da RIDE com relação ao Distrito Federal é mais fortemente verificada naqueles localizados no seu Entorno imediato, ou seja: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. A grande maioria da população destas cidades (67,6% em média) utiliza os hospitais públicos do DF, enquanto a metade trabalha e faz compras de eletrodomésticos, roupas e calçados também aqui no DF.

Bibliografia

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília. SEPLAN – 2005.

ESTATÍSTICAS DA FROTA DE VEÍCULOS. Brasília. DETRAN – 2004.
Disponível em <http://www.detran.df.gov.br>.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD. Brasília. SEPLAN/CODEPLAN - 2004. 159 p., il., mapas.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Brasília: STb/GDF, DIEESE, SEADE/SP – 2004. Disponível em <http://www.trabalho.df.gov.br>.

GUIA DE BRASÍLIA. CODEPLAN – 2003. 122 p., il., mapas.

BAHIA EM NÚMEROS 2003. Salvador, BA. SEI - 2004. 108 p., il., mapas.

PESQUISA DOMICILIAR TRANSPORTE. Brasília. CODEPLAN - 2000. 196 p., il., mapas.

GUIA DE INFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS, TURÍSTICAS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL. Brasília. CODEPLAN – 1999. 108 p., il., mapas.